



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**EDITAL Nº 23/2026/DETRAN-CPLMS**

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/DETRAN-RO**  
AMPLA CONCORRÊNCIA  
(Processo Administrativo nº 0010.030485/2025-11)

**RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO**

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 14/05/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 11/05/2026.
<b>Objeto:</b> Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência (71230910).		
<b>Valor Estimado da Contratação (Global):</b> R\$ 1.538.755,08 (um milhão quinhentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos)		
<b>Registro de Preços?</b> Não	<b>Vistoria:</b> Não	<b>Instrumento Contratual:</b> Termo de Contrato
<b>Forma de Adjudicação:</b> Menor Preço por item	<b>Modo de disputa:</b> aberto	<b>Intervalo mínimo entre lances:</b> R\$ 100,00
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva Cota ME/EPP?</b> Não	<b>Exige amostra/demonstração?</b> Não
<b>Planilha de custos e formação de preços:</b> Não		
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares:</b> 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens		
<b>E-mail para contato:</b> <a href="mailto:cpl@detran.ro.gov.br">cpl@detran.ro.gov.br</a> e/ou <a href="mailto:cpldetranro@gmail.com">cpldetranro@gmail.com</a>		



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/DETRAN-RO**  
AMPLA CONCORRÊNCIA  
(Processo Administrativo nº 0010.030485/2025-11)

**1. PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de seu PREGOEIRO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**”, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessadas a Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego - DITET e Diretoria Técnica de Engenharia e Patrimônio- DIREP.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br>.

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, e-mail para contato: [cpl@detran.ro.gov.br](mailto:cpl@detran.ro.gov.br) e/ou [cpldetranro@gmail.com](mailto:cpldetranro@gmail.com).

## 2. OBJETO

2.1. **Objeto:** Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência (71230910).

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.2. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.3. **Da garantia contratual:** Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade, conforme item 21.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.4. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. **Da vigência contratual:** A vigência contratual será conforme item 21.1.4. do Termo de Referência, a qual foi devidamente aprovada pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. **Prazo para assinatura do contrato:** A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do Contrato, conforme item 21.1.1. do Termo de Referência.

2.7. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 21.3 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. **Do prazo, local e condições:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

## 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [cpl@detran.ro.gov.br](mailto:cpl@detran.ro.gov.br) e/ou [cpldetranro@gmail.com](mailto:cpldetranro@gmail.com), sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 8.1 do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

#### 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema compras.gov.br não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As propostas terão validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

#### 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.10.2.2. empresas brasileiras;

7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecuibilidade, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a exequibilidade.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

**9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.10.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.10.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.10.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

#### **9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.11.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.11.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.11.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

#### **9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.12.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.4. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

#### **9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

#### **9.14. DAS DECLARAÇÕES:**

9.14.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.14.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.14.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14.4. Declaração do atesto de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o que deve ser providenciado, ante a obrigação do [art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021](#).

#### **10. DO RECURSO**

10.1. Conforme disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

II- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o [§ 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21](#).

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

#### **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 14 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

15.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

### 16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Estudo Técnico Preliminar (70672670).

**ANEXO II** - Termo de Referência (71230910);

**ANEXO III** - Quadro Estimativo de Preços (70796942);

**ANEXO IV** - Carta Proposta (70864656);

**ANEXO V** - Dados do representante (68670963);

**ANEXO VI** - Mapa de Riscos (0064892971);

**ANEXO VII** - Minuta de Contrato (70865305);

**Fábio José de Oliveira Monteiro**

Pregoeiro

DETRAN/RO



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 23/04/2026, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 27/04/2026, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71446919** e o código CRC **6BAAA05C**.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. DA IDENTIFICAÇÃO

**Unidade Orçamentária:** Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO

**Unidade Administrativa:** Coordenadoria de Tecnologia da Informação

**Unidade Requisitante:** Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e Coordenadoria da Engenharia Civil

**Diretoria:** Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego e Diretoria Técnica de Engenharia e Patrimônio

### 2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O Estudo Técnico Preliminar, em obediência ao Inciso I, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade, interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução demonstrando a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência caso se conclua pela sua viabilidade.

2.2. Consoante a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual define em seu artigo 6º, inciso XX, a figura do Estudo Técnico Preliminar, o presente documento em tela destaca-se como ferramenta hábil para materializar a viabilidade das compras/contratações no âmbito da Administração Pública direta e/ou indireta. Nesse sentido, assim pontua-se o dispositivo supracitado:

[...]

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

2.3. Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, constituindo importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, a partir da identificação das necessidades do ente, análise da viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outros.

2.4. Nessa diapasão, em obediência aos princípios elencados no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, com ênfase ao princípio do planejamento, o Estudo Técnico Preliminar evidencia-se como mecanismo eficiente, uma vez que contém motivação das necessidades, demonstrando os quantitativos, levantamento de mercado, análise de riscos, entre outros parâmetros cabíveis para cada objeto a ser alvo de compras públicas.

2.5. O objeto do presente estudo reside na escolha da melhor solução para a administração, sendo aquela que apresenta maior vantajosidade e atenda integralmente o interesse público, tendo sido elaborado em atendimento aos preceitos estabelecidos no art. 34 do Decreto Estadual 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

2.6. Destacamos que este Estudo Técnico Preliminar, tem como objetivo a análise de viabilidade da aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, as Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e Coordenadoria da Engenharia Civil, conforme especificações constantes deste documento.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

3.1.1. Conforme descrito na DFD nº 299/2025 DETRAN-DITET (ID 0064036504), a Coordenadoria de Engenharia de Tráfego desta Autarquia necessita de apoio técnico especializado para a elaboração de Estudos Técnicos e Projetos de Engenharia de Tráfego, de modo a atender às demandas da Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego – DITET. O objetivo é assegurar a plena conformidade com as normas legais vigentes e garantir a efetividade das atividades de fiscalização. A aquisição pretendida visa proporcionar à equipe técnica maior celeridade e eficiência na elaboração dos projetos, contribuindo para a melhoria contínua da gestão e da segurança viária.

##### 3.1.2. Da Justificativa da Contratação

3.1.2.1. A presente contratação tem como objetivo atender às crescentes demandas da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego (COTRAF) do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, especialmente no que tange ao suporte técnico para elaboração de projetos de Engenharia de Tráfego vinculados aos Convênios de Sinalização Viária. Tais projetos têm como finalidade a redução de sinistros de trânsito, a preservação de vidas e a promoção da segurança viária em todo o território estadual.

##### 3.1.3. Contexto Operacional

3.1.3.1. Atualmente, a COTRAF utiliza o Software Autodesk para elaboração de desenhos técnicos e peças gráficas dos projetos de sinalização viária. No entanto, as licenças disponíveis pertencem à Coordenadoria de Engenharia Civil, o que limita a autonomia e a capacidade operacional da equipe de Engenharia de Tráfego. Essa dependência compromete a celeridade e a continuidade dos trabalhos, especialmente diante do volume expressivo de demandas oriundas dos municípios rondonienses.

##### 3.1.4. Demanda Técnica e Justificativa Técnica

3.1.4.1. A COTRAF é responsável por prestar apoio técnico aos municípios na elaboração de projetos de sinalização vertical e horizontal, bem como na produção de plantas, croquis, memoriais descritivos e demais peças técnicas exigidas para formalização dos convênios. A crescente quantidade de solicitações, aliada à complexidade dos projetos, exige ferramentas tecnológicas compatíveis com as necessidades operacionais das equipes técnicas.

3.1.4.2. O Software Autodesk é amplamente reconhecido no setor de engenharia por sua robustez, precisão e compatibilidade com normas técnicas nacionais e internacionais. Sua adoção exclusiva pela COTRAF permitirá maior eficiência na elaboração dos projetos, padronização dos documentos técnicos e redução de retrabalho, além de garantir maior agilidade na tramitação dos processos administrativos.

3.1.4.3. Cabe ainda citar que a Engenharia e demais setores correlatos, utilizam este software a mais de 10 (dez) anos, sendo padronizado internamente no âmbito operacional e técnico.

##### 3.1.5. Impacto na Segurança Viária

3.1.5.1. A sinalização viária é um dos pilares fundamentais para a segurança dos usuários das vias públicas, contribuindo diretamente para a organização do fluxo de veículos e pedestres, prevenção de acidentes e melhoria da mobilidade urbana. A ausência de ferramentas adequadas para elaboração dos projetos compromete não apenas a qualidade técnica das intervenções, mas também a efetividade das ações de engenharia de tráfego.

#### 3.1.6. COORDENADORIA DA ENGENHARIA CIVIL

3.1.7. Conforme descrito na DFD nº 162/2026/DETRAN-CENGE (ID 70677540), a aquisição pretendida da ferramenta CAD/BIM tem como finalidade oferecer suporte à equipe técnica, proporcionando maior agilidade na elaboração de projetos de obras civis, na produção de peças técnicas, nos levantamentos quantitativos, na orçamentação, na compatibilização e na gestão de dados técnicos. A utilização da ferramenta contribuirá para elevar a produtividade, assegurar a padronização conforme as normas da ABNT e aprimorar a qualidade dos entregáveis, fortalecendo a eficiência e a confiabilidade dos processos de engenharia.

##### 3.1.8. Da Justificativa da Contratação

3.1.8.1. A contratação é necessária para garantir autonomia tecnológica da CENGE, padronização dos projetos em conformidade com normas ABNT, redução de retrabalho, melhor compatibilização disciplinar e maior eficiência na geração de plantas, modelos e documentação. AutoCad e Revit são padrões amplamente difundidos no mercado e suportam fluxos CAD 2D e BIM 3D em ambiente colaborativo.

##### 3.1.9. Da Justificativa do Quantitativo

3.1.9.1. A quantidade de 15 (quinze) unidades foi definida com base no quadro técnico da CENGE, que conta atualmente com 15 profissionais (da engenharia e arquitetura) e a distribuição prioriza o acesso integral desses profissionais. Os demais colaboradores (estagiários) utilizarão, para o exercício de suas atividades, softwares gratuitos de visualização e leitura (viewers), garantindo a continuidade operacional sem custos adicionais imediatos. Eventual expansão poderá ser tratada oportunamente via aditivo.

### 3.2. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos)	Unidade	29

3.2.1. Todas as especificações técnicas para a aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), encontram-se discriminadas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

### 3.3. Do Objetivo Coordenadoria de Engenharia de Tráfego



- 3.3.1. A presente demanda tem por objetivo a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução tecnológica voltada à elaboração e suporte dos Estudos Técnicos de Engenharia de Tráfego e dos Projetos de Engenharia de Tráfego da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF.
- 3.3.2. A aquisição fundamenta-se na necessidade crítica de modernização da infraestrutura de dados e das ferramentas de engenharia do DETRAN/RO, pautando-se pelos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.
- 3.3.3. Da Modernização via Hiperconvergência (HCI): A infraestrutura atual de processamento e armazenamento encontra-se em estado de obsolescência tecnológica (End of Life), gerando riscos elevados de interrupção dos serviços digitais. A opção pela tecnologia de Hiperconvergência justifica-se por:
- a) Segurança e Resiliência: A arquitetura HCI elimina pontos únicos de falha, distribuindo dados de forma redundante e garantindo a continuidade do negócio em caso de avarias de hardware.
  - b) Economicidade a Longo Prazo: Embora demande investimento inicial, a solução reduz drasticamente o Custo Total de Propriedade (TCO) ao diminuir o consumo de energia, ocupação de espaço físico e custos de manutenção operacional
  - c) Escalabilidade: Permite o crescimento modular conforme a demanda do órgão, evitando investimentos vultuosos em hardware subutilizado.

3.4. **Do Objetivo Coordenadoria de Engenharia Civil**

- 3.4.1. Instrumentalizar a CENGECE com ferramentas CAD/BIM para desenvolvimento de projetos de obras civis, elaboração de peças técnicas, quantitativos, orçamentação, compatibilização e gestão de dados técnicos, com produtividade, padronização (ABNT) e qualidade dos entregáveis.
- 3.4.2. Tendo em vista que a demanda refere-se à contratação de ferramenta tecnológica, é essencial que o software e os serviços estejam atualizados e compatíveis com os padrões tecnológicos vigentes.
- 3.4.3. A solução AEC Collection é adotada por permitir o fluxo de trabalho integrado em BIM, unindo o desenho técnico (AutoCAD) à modelagem da informação (Revit), com custo global inferior à soma das licenças individuais, garantindo economia ao erário e padronização tecnológica na CENGECE.

3.5. **Da Escolha da Suite Autodesk AEC Collection**

- 3.5.1. A aquisição da *Autodesk Architecture Engineering Construction (AEC) Collection* demonstra ser a opção de maior vantagem para a Administração Pública em detrimento da aquisição de licenças isoladas ou softwares similares, conforme os seguintes pontos:
- a) Integração e Interoperabilidade: A coleção oferece um ecossistema completo (AutoCAD, Revit, Civil 3D, Navisworks) com comunicação nativa, eliminando erros de compatibilidade e perda de informações entre as fases de projeto e execução.
  - b) Conformidade Legal (Decreto Federal nº 10.306/2020): A suite é a ferramenta padrão de mercado para a implementação da metodologia BIM (Building Information Modeling), requisito obrigatório para a modernização da engenharia pública brasileira.
  - c) Eficiência Financeira (Bundle): O custo da coleção completa é significativamente inferior à soma das assinaturas individuais de apenas dois dos softwares incluídos, garantindo ao DETRAN/RO acesso a mais de 20 ferramentas pelo valor de uma solução integrada.
  - d) Aproveitamento de Capital Humano: Dada a padronização mundial da Autodesk, os servidores da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego já possuem domínio das ferramentas, dispensando novos investimentos em curvas de aprendizado e garantindo compatibilidade com o acervo técnico existente.

3.6. **Quadro Comparativo: Softwares de Engenharia e Arquitetura**

Critérios de Avaliação	Autodesk AEC Collection	Softwares Avulsos (AutoCAD/Revit isolados)	Alternativas Genéricas (Open BIM)
Integração de Fluxo	<b>Total:</b> Conecta topografia, projeto e simulação sem perda de dados.	<b>Limitada:</b> Requer exportação/importação manual entre arquivos.	<b>Inconsistente:</b> Problemas comuns de compatibilidade de extensões.
Metodologia BIM	<b>Nativo:</b> Cumpre integralmente o Decreto Federal nº 10.306/2020.	<b>Parcial:</b> Depende de quais módulos foram comprados.	<b>Variável:</b> Nem todas as ferramentas suportam BIM nível 2 ou 3.
Variedade de Ferramentas	<b>Alta:</b> Inclui mais de 20 softwares (Revit, Civil 3D, InfraWorks, etc).	<b>Baixa:</b> Restrito apenas à ferramenta específica adquirida.	<b>Média:</b> Geralmente focado em apenas uma disciplina (ex: só civil).
Custo-Benefício	<b>Excelente:</b> Bundle com valor reduzido comparado à compra individual.	<b>Baixo:</b> Custo por licença é desproporcionalmente mais caro.	<b>Médio:</b> Preço menor, mas gera custos extras de conversão e treino.
Acervo Técnico	<b>Compatível:</b> Total aderência aos projetos legados do DETRAN/RO.	<b>Compatível:</b> Mantém a compatibilidade de arquivos.	<b>Incompatível:</b> Exige conversão e retrabalho em projetos antigos.
Curva de Aprendizado	<b>Mínima:</b> Equipe técnica já possui domínio das ferramentas.	<b>Mínima:</b> Mantém o padrão de uso da equipe.	<b>Alta:</b> Exige novos treinamentos e tempo de adaptação da equipe.

- 3.6.1. Em conclusão, a solução adotada configura-se como a forma mais segura e barata para manter o pleno funcionamento das atividades finalísticas do órgão, unindo robustez tecnológica à otimização dos recursos orçamentários.

3.7. **Do Problema a ser Resolvido**

3.7.1. **Do Problema**

- 3.7.1.1. A Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego – COTRAF e a Coordenadoria de Engenharia Civil – CENGECE, ambas vinculadas ao Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (DETRAN/RO), enfrentam limitações operacionais significativas na elaboração de projetos de sinalização viária e de obras civis, em razão da ausência de licenças próprias de software especializado. Atualmente, os profissionais da COTRAF dependem de licenças pertencentes à COENC, o que gera conflitos de uso, restrições de acesso simultâneo e comprometimento da produtividade de ambas as áreas.

- 3.7.1.2. Essa limitação impacta diretamente a capacidade técnica das Coordenadorias em atender às demandas dos 52 municípios do Estado de Rondônia, especialmente no que se refere à formalização de convênios de sinalização vertical e horizontal, bem como na elaboração de projetos de infraestrutura civil. A falta de autonomia tecnológica compromete a agilidade na produção de desenhos técnicos, plantas, memoriais descritivos, quantitativos, orçamentos e demais peças gráficas exigidas nos processos administrativos, além de dificultar o cumprimento dos prazos legais e institucionais.

- 3.7.1.3. A situação atual representa um risco à continuidade dos serviços prestados pelas Coordenadorias, podendo acarretar atrasos na execução dos projetos, prejuízos à segurança viária, à qualidade das obras civis e à efetividade das ações de engenharia, cuja finalidade é a redução de sinistros, a preservação de vidas e a melhoria da infraestrutura viária.

3.7.2. **Da Solução**

- 3.7.2.1. Para superar os entraves técnicos e garantir a plena execução das atividades da COTRAF e da CENGECE, propõe-se a aquisição do software **Autodesk Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD – 3 Years Subscription (Windows)**. Esta solução contempla licenças individuais para uso exclusivo dos profissionais diretamente envolvidos na elaboração de projetos de sinalização viária e de obras civis.

- 3.7.2.2. A coleção AEC da Autodesk é amplamente reconhecida por sua robustez, precisão e compatibilidade com normas técnicas nacionais e internacionais, oferecendo ferramentas integradas para modelagem, desenho técnico, análise e documentação de projetos de engenharia. Sua adoção permitirá:

- a) Acesso simultâneo e dedicado aos profissionais da COTRAF e da CENGECE;
- b) Padronização dos projetos conforme diretrizes técnicas e normas da ABNT;
- c) Redução de retrabalho e aumento da produtividade;
- d) Atendimento eficiente às demandas dos municípios;
- e) Continuidade das ações voltadas à segurança viária e à qualidade das obras civis.
- f) A contratação da solução tecnológica proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre as contratações públicas no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Rondônia.

3.7.3. **Conclusão**

- 3.7.3.1. Diante do exposto, a aquisição de licenças próprias do Software Autodesk para uso exclusivo da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e da Coordenadoria de Engenharia Civil constitui medida imprescindível para assegurar a continuidade das atividades técnicas, garantir a eficiência na execução dos convênios de sinalização viária e dos projetos de obras civis, além de reforçar o compromisso institucional do DETRAN/RO com a segurança no trânsito, a valorização da vida e a melhoria da infraestrutura viária.

4. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Requisitos de Negócios**

- I - São requisitos indispensáveis para o atendimento das especificações de padrões compatíveis com as premissas de uso da metodologia BIM nos projetos, serviços e obras de engenharia e arquitetura previstas na nova lei de licitações (14.133/21) e no decreto federal do BIM (10.306/20). A contratação pretende suprir a demanda por soluções tecnológicas eficientes e atualizadas que possibilitem uma melhor gestão da contratação de projetos e obras de engenharia do município;
- II - Otimizar fluxos de trabalho e criar ambiente comum de dados;
- III - Quantitativos conforme consta neste Estudo Técnico.
- IV - Manutenção do Padrão de Software Adotado e em uso a mais de 10 (dez) anos Internamente.

4.2. **Requisitos Tecnológicos**

- I - Requisitos de modelagem de elementos de arquitetura, instalações e infraestrutura civil, análise e planejamento;
- II - Compatibilidade e padronização: os softwares licenciados deverão ser de uso comum no mercado nacional (empresas do setor de arquitetura e engenharia e órgãos públicos) a fim de facilitar a integração dos processos de trabalho relacionados à gestão de obras e serviços de engenharia;

III - Compatibilidade com estrutura de hardwares e softwares já utilizados. Isso preservará investimentos anteriores na aquisição de licenças e na capacitação da equipe técnica;

#### 4.3. Demais requisitos

4.3.1. Além dos requisitos de negócios e tecnológicos, destacam-se aqueles que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação, para se assegurar os objetivos pretendidos.

4.3.2. Os requisitos indispensáveis para contratação do objeto e atender especificamente a esta demanda, incluindo os padrões necessários de qualidade de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração são: a CONTRATADA deverá ter disponibilidade de equipe técnica e conexões adequados às necessidades de fornecimento dos treinamentos. Deverá também ter condições de elaborar os serviços demandados durante a vigência do contrato.

4.3.3. O prazo de execução do serviço é de 36 (trinta e seis) meses após recebimento da autorização para início dos serviços. O prazo de execução dos serviços pode ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 105 da lei nº 14.133 de 2021. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

#### 4.4. Do Local e Forma de Entrega

4.4.1. Os Serviços, assim como as licenças de software derivadas do mesmo, por se tratarem de *software/interação* lógica (sem composição física), deverão ser executados nas dependências da Sede do do DETRAN-RO, sito à rua Dr. José Adelino, 4477 – Bairro: Costa e Silva – Porto Velho – RO. Observando os horários de funcionamento das 07:30 às 13:30 h de segunda a sexta feira, no que tange os serviços de caráter presencial e/ou mapeamento, podendo ainda serem feitos de forma remota caso necessário.

4.4.2. Os softwares deverão ser entregues instalados e configurados em ambiente provido pela Contratada, cabendo todos os custos diretos e indiretos relacionados a instalação e implementação estarem inclusos, não cabendo nenhum custo adicional além do orçamento por item. Cabe informar que será no início da implantação realizado reunião de Kick-off para definições das metodologias de implementação e uso, assim como ademais, entre contratante e contratado.

4.4.3. A entrega dos serviços e bens deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na aceitação dos itens será observada as especificações contidas no Termo de Referência e as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.

4.4.4. Toda Infraestrutura necessária para funcionamento e entrega dos software, assim como o licenciamento do mesmo, deverão estar inclusos na entrega, sendo a licença de uso dos softwares advindos do Serviço entregues em conjunto com seu devido licenciamento (anual), durante todo o período do serviço contratado. A mesma deverá ainda permitir a renovação do licenciamento de forma isolada após entrega da solução a Contratada, permitindo o uso da mesma de forma autônoma.

4.4.5. Caso o proponente realize a entrega com plataforma própria e independente, confeccionada especificamente e com direito de entrega do código base, ou seja, passível de cedência do "Código-fonte", tal cedência, assim como todos os seus direitos de uso e documentações, são exclusivos ao DETRAN/RO, caso seja a forma de entrega adotada pelo Contratado.

4.4.6. O software deverá ser hospedado em ambiente próprio, cabendo a contratada todos os custos relacionados para a mesma, assim como todas as licenças necessárias para manutenção de tal ambiente durante a vigência do contrato (licenças e infraestrutura) por 12 (doze) meses após término do contrato. O ambiente em questão poderá ser on-premise ou em remoto.

4.4.7. Após o período de manutenção ou em momento a ser definido entre as partes, todas as Bases/Dados Armazenados e/ou "código-fonte", assim como documentações e ademais relacionados deverão ser entregues ao Contratante.

#### 4.5. Do Prazo

4.6. O prazo para entrega deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho/ou assinatura do contrato, observados os critérios deste Termo e seus anexos.

#### 4.7. Das Especificações Técnicas Mínimas

4.7.1. **Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos)**, também denominada Architecture Engineering & Construction COLLECTION AEC Collection fornece aos projetistas, engenheiros e empreiteiros um conjunto de ferramentas de BIM e CAD que dão suporte a projetos, desde o início até a construção.

#### 4.7.2. Os softwares que compõe a coleção são:

I - **REVIT** Utilizado para aumentar a eficiência e a precisão ao longo do ciclo de vida do projeto, desde o projeto conceitual, a visualização e a análise até a fabricação e a construção. Planeje, projete, construa e gerencie construções com o software de BIM multidisciplinar.

a) Comece a modelagem em 3D com precisão;

b) Atualize automaticamente plantas de piso, elevações e cortes à medida que o modelo se desenvolve; eixe que o Revit lide com tarefas repetitivas e de rotina com automação para que você possa se concentrar em um trabalho de maior valor;

c) Os colaboradores de todas as áreas trabalham em conjunto no Revit, que os ajuda a executar projetos com mais eficiência e com menos erros;

d) As equipes de projeto e construção podem colaborar em projetos do Revit em qualquer lugar, a qualquer momento, usando o BIM 360 Design, uma solução avançada e segura de gerenciamento de dados e colaboração de projeto baseada na nuvem.

II - **CIVIL 3D** O software Civil 3D para projetos de engenharia civil dá suporte à BIM com recursos integrados, para aprimorar a documentação de desenhos, projetos e construção: As equipes de projeto usam o BIM 360 Design para simplificar a coordenação dos resultados, visualizar as alterações e gerenciar os problemas e as marcas de revisão, tudo em um ambiente de dados comum durante toda a vida do projeto.

a) Há a possibilidade de incluir Kits do país, dando acesso a relatórios, modelos e muitos outros itens específicos do país. O conteúdo e os padrões inclusos nos Kits do país variam conforme o país e podem incluir:

b) Padrões de desenho e projeto (estilos de objeto e legenda do Civil 3D);

c) Arquivos de padrões de projeto para cálculo de superelevação;

d) Modelos de desenho (arquivos .DWT AutoCAD); Modelos de folhas para a Produção de planos (arquivos .DWT AutoCAD);

e) Arquivos de códigos para localizar os códigos de ponto, ligação e forma para modelos de corredor;

f) Relatórios; Catálogos de tubos e estruturas; Conjuntos e subconjuntos;

g) Paletas de ferramentas personalizadas do país.

III - **AUTOCAD O AutoCAD®** é um software CAD (projeto auxiliado por computador) que arquitetos, engenheiros e profissionais de construção utilizam para criar desenhos 2D e 3D precisos.

a) Crie, anote e projete geometria em 2D e modelos em 3D com objetos sólidos, superfícies e objetos de malha;

b) Automatize tarefas como comparar desenhos, contagem, adicionar blocos, criar agendamentos e muito mais; Personalize com APIs e aplicativos complementares.

#### IV - INFRAWORKS

a) Permite que os profissionais de AEC modelem, analisem e visualizem seus conceitos de projeto dentro de um contexto do mundo real do ambiente construído e natural - melhorando a tomada de decisões e os resultados do projeto.

b) Agregue grandes quantidades de dados para gerar um modelo de contexto rico;

c) Integre perfeitamente o design com os dados geoespaciais GIS;

d) Modele as condições existentes que representam o ambiente natural e construído.

V - **NAVISWORKS MANAGE** Use o software de análise de projeto Navisworks® para melhorar a coordenação BIM (Modelagem de Informações de Construção).

a) Software de detecção de conflitos e coordenação avançada, análise 5D e simulação: Combine dados de projeto e construção em um único modelo;

b) Identifique e resolva conflitos e problemas de interferência antes da construção;

c) Agregue dados de várias especialidades para controlar melhor os resultados;

d) Anime e interaja com objetos de modelo para simulação;

e) Crie cronogramas diretamente de modelos do projeto;

f) Importe cronogramas e itens de custo de aplicativos externos de gerenciamento de projeto.

VI - **AUTODESK DOCS** Simplifique a colaboração e o gerenciamento de dados com o Autodesk Docs, efetuando a gestão de informações de projetos num ambiente de dados comuns baseado na nuvem da seguinte forma:

a) Suporte a uma grande variedade de tipos de arquivo.

b) Permitir atribuir atributos padrão ou personalizados aos arquivos.

c) Organizar e gerenciar versões específicas dos documentos dentro de conjuntos ou pacotes, para uma finalidade específica, durante todo o ciclo de vida do projeto.

d) Recurso que captura informações do título OCR de desenhos em PDFs durante a publicação para atribuir automaticamente atributos aos arquivos.

e) Conectar o ambiente da nuvem com o ambiente do desktop por sincronismo de arquivos.

f) Publicar arquivos linkados e/ou referenciados. Publicar folhas 2D a partir de arquivos RVT.

g) Acompanhar todas as atualizações dos arquivos do projeto. Visualizar as versões anteriores dos arquivos.

h) Visualizar arquivos de projeto 2D e 3D.

i) Visualizador de projetos disponível na Web e sistemas operacionais de dispositivos móveis.

j) Visualizador com suporte para arquivos de projetos, arquivos no formato PDF e fotos.

k) Comparar as diferenças entre as versões de modelos no formato RVT compartilhadas entre os membros da equipe do projeto.

l) Comparar as diferenças entre as versões de arquivos de desenhos 2D (RVT/DWG/PDF) ou entre dois arquivos de desenho 2D diferentes (RVT/DWG/PDF).

m) Adicionar anotações a arquivos 2D ou 3D e mantê-los em sigilo ou compartilhar com outros membros da equipe.

- n) Adicionar medidas lineares, angulares ou de área para fornecer detalhes adicionais aos desenhos.
- o) Adicionar hiperlinks para outros projetos ou para arquivos com informações adicionais, como fotos ou especificações.
- p) Criar problemas de projeto e atribuí-los a membros da equipe para resolvê-los ou esclarecer informações.
- q) Colocar marcadores para fixar problemas nos projetos 2D ou 3D.
- r) Manter uma trilha de auditoria completa dos problemas.
- s) Rastrear toda a atividade do projeto em um único log de atividades.
- t) Visualizar, filtrar e exportar toda a lista do projeto.
- u) Painel principal personalizável para acessar informações importantes e relevantes rapidamente.
- v) Acessar e modificar informações 2D, 3D e outros tipos de projeto pelo smartphone ou tablet.
- w) Sincronizar arquivos para uso off-line pelo smartphone ou tablet. Gerenciar projetos ilimitados em conta única.
- x) Aplicar templates de projeto para estruturas de pastas e permissões.
- y) Gerencie centralmente todos os usuários, funções e empresas. Definir cinco níveis de permissão em nível de usuário, função ou empresa:
- z) Somente upload;
- aa) Somente visualização;
- ab) Visualização + Upload; Visualização + Upload + Edição;
- ac) Visualização + Upload + Editar + Controle.

ad) Definir espaços de trabalho de equipe, ou seja, uma pasta separada para os dados de cada equipe e uma pasta compartilhada para dados que todas as equipes possam fazer referência e usar.

VII - **ADVANCED STEEL** Advance Steel é um software de modelagem 3D para detalhamento, projeto, fabricação e construção de aço, onde os engenheiros estruturais podem usar um link bidirecional entre o software de detalhamento Advance Steel e o Revit para colaborar no mesmo modelo 3D, economizando tempo e minimizando erros possibilitando:

- a) Gerar estruturas complexas em menos etapas com a extensão Dynamo for Advance Steel, usando a biblioteca de conexões paramétricas de aço e ferramentas dedicadas para acelerar o projeto e outras tarefas;
- b) Gerar e atualizar automaticamente os resultados da fabricação de aço, criando produtos de fábrica baseados em modelos e arquivos NC para agilizar a fabricação e instalação.

VIII - **INSIGHT** O Insight capacita arquitetos e engenheiros a projetar edifícios com maior eficiência energética com mecanismos de simulação avançados e dados de análise de desempenho de edifícios integrados no Revit.

IX - **FORMIT PRO** Possibilidade de criar complexidade em seu processo de modelagem arquitetônica a qualquer hora, em qualquer lugar, sendo um aplicativo de desenho 3D intuitivo com interoperabilidade nativa com o Revit.

- a) Tome decisões informadas no início do processo de design com o contexto do local, impacto solar e análise de energia;
- b) Otimize seu processo de design.
- c) Conecte projetos conceituais a fluxos de trabalho BIM com integração nativa do Revit e acesso à nuvem.

X - **RECAP PRO** Software de digitalização ReCap™ Pro 3D para criar modelos 3D a partir de fotografias importadas e digitalizações a laser. Entregue uma nuvem de pontos ou malha em suporte aos processos BIM.

- a) Colabore entre equipes com design baseado na realidade.
- b) O ReCapPhoto, um serviço incluído no ReCap Pro, processa fotografia drone para criar representações 3D das condições atuais do local, objetos e muito mais.
- c) Ele também suporta a criação de nuvens de pontos, malhas e fotos orto.
- d) Possibilidade de usar as soluções criadas com o ReCap Pro Software Development Kit (SDK) para inserir rapidamente os dados da realidade nas ferramentas de projeto e construção da Autodesk.

XI - **ROBOT STRUCTURAL ANALYSIS PROFESSIONAL** RobotStructuralAnalysis Professional é um software de análise de carga estrutural que verifica a conformidade do código e usa fluxos de trabalho integrados ao BIM para trocar dados com o Revit. Ele pode ajudá-lo a criar projetos mais resilientes e construtíveis que sejam precisos, coordenados e conectados ao BIM.

XII - **3DS MAX** O 3ds Max oferece um conjunto de ferramentas flexível e repleto de recursos para criar projetos especiais com controle artístico completo, sendo um Software de modelagem 3D, animação e renderização para visualização de projetos sendo possível:

- a) Criar mundos imponentes em jogos;
- b) Visualizar renderizações arquitetônicas de alta qualidade;
- c) Modelar interiores e objetos com detalhes precisos;
- d) Dar vida a personagens e recursos com animação e efeitos visuais.
- e) Além disso, O 3ds Max permite dimensionar seu fluxo de trabalho com automação, permitindo que você passe mais tempo em atividades criativas.

XIII - **AUTODESK RENDERING** Possível aproveitar o amplo poder de computação graças aos recursos de renderização na nuvem do Autodesk® Rendering. Com eles, é possível criar imagens fotorrealistas e de alta resolução em menos tempo.

XIV - **VEHICLE TRACING** Conduza a análise do caminho varrido para facilitar o layout do estacionamento, o design da rotatória e outros desafios de design impactados pelo movimento do veículo, sendo um software de análise de trajetória de varredura de veículos.

XV - **FABRICATION CADMEP** Produza estimativas mais precisas para projetos de sistema de construção MEP em todo o detalhamento, fabricação e instalação, utilizando o software Fabrication ESTmep™ para obter informações sobre os custos do projeto e gerar propostas competitivas.

- a) Crie modelos prontos para a fabricação de sistemas de tubulação, encanamento ou dutos no AutoCAD usando CADmep.
- b) Suas bibliotecas de conteúdo usadas no CADmep, ESTmep e CAMduct também podem ser usadas no Revit para oferecer suporte a um fluxo de trabalho multidisciplinar.
- c) Disponível autônomo ou na coleção Arquitetura, Engenharia e Construção.
- d) Produza componentes de chapa metálica e controle a linha de produção de manufatura. O software Fabrication CAMduct™ fornece um conjunto abrangente de bibliotecas, incluindo acessórios paramétricos 3D e acessórios para atender aos requisitos de fabricação.

XVI - **DYNAMO STUDIO** Dynamo Studio é um ambiente de programação visual que permite aos designers explorar designs conceituais paramétricos e automatizar tarefas, criando lógica visual para projetar fluxos de trabalho e automatizar tarefas.

- a) Integre a automação no processo BIM (Building Information Modeling);
- b) Estenda seus projetos em fluxos de trabalho interoperáveis para documentação, coordenação e análise;
- c) Escreva código usando uma interface de script simples e poderosa.

XVII - **STRUCTURAL BRIDGE DESIGN** Structural Bridge Design é um software de análise de ponte para pontes de pequeno a médio porte usado por engenheiros para entregar relatórios de projeto mais rapidamente. Integre a automação no processo BIM (Building Information Modeling);

- a) Estenda seus projetos em fluxos de trabalho interoperáveis para documentação, coordenação e análise;
- b) Escreva código usando uma interface de script simples e poderosa.

XVIII - **AUTODESK DRIVE** Armazenamento na nuvem próprio para CAD, destinado a indivíduos e pequenas equipes.

#### 4.8. Instalação, Suporte Técnico e Garantia

- 4.8.1. A garantia e assistência técnica compreenderá o período de vigência do contrato, prevalecendo o interesse da administração pública acerca do objeto da aquisição/contratação.
- 4.8.2. A assistência técnica deverá ser realizada pela CONTRATADA, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia do objeto deste termo de referência.
- 4.8.3. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC Lei nº. 8.070 de 11/09/90.
- 4.8.4. O serviço de suporte técnico consiste, dentre outras, no esclarecimento de dúvidas relativas à utilização da ferramenta on line, resolução de problemas, auxílio em configurações e atualização da ferramenta, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia.
- 4.8.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar “Central de atendimento” para abertura de chamado, em dias úteis, (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h). Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica da secretaria. A CONTRATADA deverá fornecer meios de contato para registro dos chamados, telefone e e-mail.
- 4.8.6. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia e a assistência técnica da ferramenta on line, ou em caso de recusa de prestar a devida assistência, inclusive quanto aos custos e transtornos causados à administração.
- 4.8.7. O prazo máximo para solução de problemas – a qual se dará o restabelecimento de funcionamento da ferramenta – deverá ser de, no máximo, 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a abertura do chamado.
- 4.8.8. Nos casos de atualização de versão, toda vez que houver uma nova versão, novos recursos ou correções implementadas, essas atualizações serão enviadas via e-mail com orientação de técnico especializado designado pela CONTRATADA, orientando sobre o passo-a-passo para auxílio ao usuário para atendimento à todas as necessidades e particularidades envolvidas na complexa manipulação do software, com vistas em dimensionar integração dos ambientes, assegurando assim o funcionamento ininterrupto do sistema.

- 4.8.9. A CONTRATADA deverá enviar ao Gestor do Contrato, relatório com o histórico dos chamados (Relatório de Acompanhamento de Atendimento) realizados no mês que ocorrer o problema técnico, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.
- 4.8.10. As demais condições descritas nos itens a seguir (3.6 e 3.7) são adstritas ao fabricante, portanto, condicionantes para quem as adquire.
- 4.9. **Requisitos de Qualificação da Contratada**
- 4.9.1. Por se tratar de aquisição de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), exige-se a comprovação de capacidade técnica e habilitação profissional em conformidade com a legislação vigente, como a Lei nº 14.133/2021 e as normativas específicas para contratações de TIC.
- 4.10. **Habilitação Técnica e Profissional**
- 4.10.1. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade:
- 4.10.2. Considerando os objetos desta licitação:
- 4.10.2.1. A parcela de maior relevância ou valor significativo para o único item, deverá ser compatíveis com os objetos, cujo valor estimado para o item é superior a 4% do valor total estimado da contratação;
- 4.10.2.2. Considerando a exigência de atestados, a quantidade mínima exigida será de 20% (vinte por cento), conforme estabelecido nos subitens anteriores das parcelas de maior relevância, dos itens que o licitante estiver participando.
- 4.10.3. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu produtos condizentes com o(s) item(ns) para o(s) qual(is) apresentar proposta.
- 4.10.4. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo do item em que esteja participando.
- 4.10.5. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.
- 4.10.6. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021 sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.
- 4.10.7. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar **certificados emitidos pela Autodesk**, que comprovem o credenciamento como parceiro Autodesk em categoria GOLD ou de nível superior e para ministrar treinamentos com certificação oficial Autodesk (apenas parceiros GOLD ou superior são habilitados a dar treinamentos de seus produtos). Para essa comprovação, a licitante deverá apresentar:
- I - **Para a empresa:**
- a) **Certificação parceiro autorizado Autodesk:** Autodesk Gold Partner ou Autodesk Platinum Partner
- b) **§ Centro de Treinamento Autorizado Autodesk (ATC)** - Authorized Training Center Autodesk
- II - **Para os instrutores:**
- a) **§ Certificado Autodesk ACI** – Autodesk Certified Instructor (do instrutor)
- 4.10.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer diligências para aferir a veracidade das informações colocadas na proposta pela empresa adjudicada, para que então ocorra a assinatura do contrato entre as partes.
- 4.10.9. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratada e local em que foram prestados os serviços.
- 4.10.10. A veracidade das informações prestadas pela pessoa jurídica de direito público e dos documentos apresentados pela licitante é de sua responsabilidade, sujeitando-a às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.
- 4.11. **Requisitos Legais e Normativos**
- 4.11.1. Observância à Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital), quanto à digitalização e interoperabilidade dos sistemas;
- 4.11.2. Conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente no que tange à eficiência, economicidade e inovação;
- 4.11.3. Atendimento às diretrizes de segurança da informação e proteção de dados, conforme legislação vigente.
5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**
- 5.1. **Contextualização da Demanda**
- 5.1.1. O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por meio de seus setores técnicos de projetos e fiscalização de obras, utiliza rotineiramente ferramentas de modelagem BIM (Building Information Modeling) para elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e infraestrutura. O parque de licenças atualmente em uso é compatível com atividades como:
- a) Modelagem de edificações e infraestrutura;
- b) Renderização e simulação de cenários;
- c) Ambiente comum de dados (CDE);
- d) Detecção de interferências e compatibilização de projetos;
- e) Extração de quantitativos diretamente da modelagem BIM para composição de planilhas orçamentárias.
- 5.1.2. Diante da necessidade de ampliação e atualização das licenças, foi realizada pesquisa de mercado para aquisição da suíte **Autodesk AEC Collection**, que reúne os principais softwares utilizados por órgãos públicos e empresas de engenharia, como **Revit, Civil 3D, InRoads, Navisworks, AutoCAD, Docs, Recap**, entre outros.
- 5.2. **Metodologia da Pesquisa**
- a) A prospecção de mercado foi realizada com base nos seguintes critérios:
- b) Consulta a empresas **certificadas pela Autodesk** como revendas oficiais, com classificação **Gold ou Platinum Partner**;
- c) Verificação de fornecedores que atuam como **centros de treinamento oficiais Autodesk**, aptos a oferecer suporte técnico e capacitação com certificação reconhecida;
- d) Levantamento de preços praticados para licenças **comerciais single-user ELD**, com validade de **3 anos**, conforme especificação técnica do objeto;
- e) Análise da **experiência prévia do setor de projetos** do DETRAN/RO com soluções similares, visando dimensionar a solução mais adequada.
- 5.3. **Resultados da Pesquisa**

Solução	Fornecedor	Tipo de Licença	Validade	Valor Estimado (R\$)	Condições Comerciais
Solução 1	Autodesk (site oficial)	AEC Collection – Single-user	1 ano	R\$ 14.200,00	Licença anual, pagamento em R\$; economia de 33% em relação ao plano mensal¹.
Solução 2	MCR Software (Gold Partner)	AEC Collection – Single-user	3 anos	R\$ 42.000,00 a R\$ 45.000,00	Licença com suporte técnico; parcelamento disponível; emissão de nota fiscal¹.

*Observação: Os valores podem variar conforme negociação, volume de licenças e inclusão de serviços adicionais como treinamento EAD certificado.*

¹Autodesk  
\*MCR Software

- 5.4. **Justificativa Técnica e Econômica**
- a) A **AEC Collection** da Autodesk é considerada a solução mais completa e economicamente vantajosa do mercado, pois:
- b) Reúne em uma única suíte os principais softwares utilizados em projetos CAD e BIM;
- c) Permite **interoperabilidade entre plataformas**, reduzindo custos com licenças separadas;
- d) É amplamente adotada por órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- e) Não possui concorrente direto que ofereça todas as funcionalidades integradas em uma única solução;
- f) A contratação de empresa parceira oficial garante **suporte técnico qualificado, treinamento certificado e segurança jurídica** na aquisição.
- 5.4.1. Não há solução similar disponível no **Portal de Software Público do Governo Federal**, tampouco alternativas em outros órgãos da Administração Pública que atendam às especificações técnicas exigidas. Por se tratar de **plataforma proprietária**, não se aplicam os modelos e padrões governamentais de software livre.
- 5.5. **Conclusão**
- 5.5.1. Com base na pesquisa realizada, verifica-se que a aquisição da **Autodesk AEC Collection – Licença Comercial Single-user ELD – 3 anos (SOLUÇÃO 2)** é **tecnicamente adequada e economicamente justificável** para atender às necessidades técnico-administrativas do DETRAN/RO. A contratação deve priorizar empresas **certificadas como parceiras oficiais Autodesk**, preferencialmente classificadas como **Gold ou Platinum**, garantindo qualidade, conformidade e suporte especializado.
6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
- 6.1. A solução proposta consiste na aquisição de licenças do software **Autodesk Architecture Engineering Construction (AEC) Collection IC Commercial New Single-user ELD**, com assinatura válida por **3 (três) anos**, voltada ao ambiente Windows. Trata-se de uma suíte integrada de ferramentas de projeto, modelagem e documentação técnica, amplamente utilizada nas áreas de engenharia, arquitetura e

- infraestrutura viária.
- 6.2. Essa coleção reúne softwares de referência internacional, como **AutoCAD, Revit, Civil 3D, InfraWorks, Navisworks, Recap Pro**, entre outros, oferecendo uma plataforma robusta e interoperável para o desenvolvimento de projetos de sinalização viária, planejamento urbano e engenharia de tráfego. A aquisição contempla licenças individuais (single-user), garantindo acesso dedicado e simultâneo aos profissionais da Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego – COTRAF/DETRAN-RO.
- 6.3. **Componentes da Solução**
- 6.3.1. A solução abrange:
- a) **Licenciamento oficial por 3 anos**, com suporte técnico e atualizações automáticas;
  - b) **Acesso a múltiplos softwares especializados**, permitindo desde o desenho técnico 2D até modelagem BIM e simulações de tráfego;
  - c) **Compatibilidade com normas técnicas nacionais (ABNT) e internacionais**, assegurando conformidade nos projetos;
  - d) **Ambiente colaborativo e escalável**, com possibilidade de integração entre equipes e disciplinas técnicas.
- 6.4. **Objetivos da Solução**
- 6.4.1. A implementação da AEC Collection visa:
- a) Atender às demandas técnicas da COTRAF na elaboração de projetos de sinalização vertical e horizontal e as demandas da CENGECE nas elaborações de projetos de obras civis, elaboração de peças técnicas, quantitativos, orçamentação, compatibilização e gestão de dados técnicos, com produtividade, padronização (ABNT) e qualidade dos entregáveis. ;
  - b) Apoiar os 52 municípios do Estado de Rondônia na formalização de convênios de engenharia de tráfego e obras civis;
  - c) Garantir a continuidade das atividades técnicas sem dependência de licenças de outras unidades;
  - d) Promover maior eficiência, precisão e padronização nos documentos técnicos produzidos;
  - e) Fortalecer a capacidade institucional do DETRAN/RO no cumprimento de sua missão de promover segurança viária.
- 6.5. **Resultados Esperados**
- 6.5.1. Com a adoção da solução tecnológica proposta, espera-se alcançar os seguintes resultados:
- a) Redução de retrabalho e aumento da produtividade das equipes técnicas, com processos mais ágeis e eficientes;
  - b) Melhoria na qualidade dos projetos e maior assertividade nas intervenções viárias e civis;
  - c) Agilidade na tramitação dos processos administrativos e convênios, garantindo cumprimento dos prazos legais e institucionais;
  - d) Fortalecimento da atuação técnica do DETRAN/RO junto aos municípios, ampliando a capacidade de atendimento às demandas locais;
  - e) Contribuição direta para a redução de sinistros e preservação de vidas no trânsito, reforçando o compromisso institucional com a segurança viária;
  - f) Padronização dos entregáveis em conformidade com as normas da ABNT, assegurando consistência técnica e documental;
  - g) Melhor gestão de arquivos, versões e dados técnicos, com maior confiabilidade e rastreabilidade das informações;
  - h) Maior precisão em quantitativos e orçamentos, reduzindo inconsistências e otimizando a alocação de recursos.

7. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

7.1. COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

7.1.1. Da Justificativa do Quantitativo - Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF

7.1.1.1. A estimativa de **14 (quatorze) acessos simultâneos** foi definida com base em levantamento técnico realizado junto à Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego – COTRAF/DETRAN-RO, considerando o número atual de servidores diretamente envolvidos na elaboração de projetos de sinalização viária. Este grupo inclui **engenheiros, arquitetos e desenhistas técnicos**, cuja atuação é essencial para o desenvolvimento das peças gráficas e memoriais descritivos exigidos nos convênios firmados com os municípios.

7.1.1.2. Além dos profissionais atualmente lotados, foi considerada uma **reserva técnica estratégica**, visando atender à possível ampliação da equipe, seja por redistribuição interna ou por novos provimentos de cargos, garantindo assim a escalabilidade da solução contratada e evitando a necessidade de futuras aquisições emergenciais.

7.1.2. Critérios Técnicos para Definição do Quantitativo - Coordenadoira de Engenharia de Tráfego - COTRAF

7.1.2.1. A definição do quantitativo de licenças foi pautada na lógica de **1 (uma) licença por servidor**, assegurando que cada profissional envolvido na elaboração dos projetos tenha acesso individualizado e simultâneo ao software, sem prejuízo à produtividade ou à qualidade técnica dos trabalhos. Essa abordagem respeita o princípio da economicidade, ao mesmo tempo em que garante a eficiência operacional da unidade.

7.1.2.2. As atividades desenvolvidas pela COTRAF abrangem o apoio técnico aos **52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia**, com foco na elaboração de projetos de sinalização vertical e horizontal, além de intervenções complementares de engenharia de tráfego. A complexidade e o volume dessas demandas justificam plenamente a necessidade de uma infraestrutura tecnológica compatível com o porte e a abrangência das ações.

7.1.3. Importância da Compatibilidade Técnica - Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF

7.1.3.1. O software objeto deste Documento de Formalização da Demanda (DFD) é ferramenta essencial para a produção de desenhos técnicos em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais diretrizes aplicáveis à sinalização viária. Sua adoção plena e dedicada pela equipe técnica da COTRAF é condição sine qua non para a continuidade dos serviços prestados aos municípios, bem como para o cumprimento dos objetivos institucionais do DETRAN/RO no que se refere à segurança e fluidez do trânsito.

7.2. COORDENADORIA DE ENGENHARIA CIVIL

7.2.1. Da Justificativa do Quantitativo - Coordenadoria de Engenharia Civil - CENGECE

7.2.1.1. A quantidade de **15 (quinze) unidades** foi definida com base no quadro técnico da CENGECE, que conta atualmente com 15 profissionais (engenheiros e arquitetos) e 13 estagiários. A distribuição prioriza o acesso integral para os 15 servidores efetivos/comissionados e 05 licenças compartilhadas para o corpo de estagiários. Os demais estagiários utilizarão, para o exercício de suas atividades, softwares gratuitos de visualização e leitura (viewers), garantindo a continuidade operacional sem custos adicionais imediatos. Eventual expansão poderá ser tratada oportunamente via aditivo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
01	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos)	Und	29	14 Licenças :01 (uma) licença para cada profissional que atua na COTRAF e atualmente utiliza o AutoDesk, ou seja, 14 (catorze) licenças.  15 licenças: A quantidade de 15 (quinze) unidades foi definida com base no quadro técnico da CENGECE, que conta atualmente com 15 profissionais (da engenharia e arquitetura) e a distribuição prioriza o acesso integral desses profissionais. Os demais colaboradores (estagiários) utilizarão, para o exercício de suas atividades, softwares gratuitos de visualização e leitura (viewers), garantindo a continuidade operacional sem custos adicionais imediatos. Eventual expansão poderá ser tratada oportunamente via aditivo.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para a presente Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, é de **R\$ 1.687.800,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais.)**, considerando 15 licenças.

ITEM	Descrição	UND	QTD	Cotação 1 (ID 0064856650) Deskgraphics		Cotação 2 (ID 0064857158) Virtual Automação		Cotação 3 (ID 0064857195)	
				Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO	Und	29	R\$ 57.600,00	R\$ 1.670.400,00	R\$ 58.900,00	R\$ 1.708.100,00	R\$ 58.100,00	R\$ 1.684.900,00

- 8.2. Os parâmetros utilizados para a estimativa de preços foram obtidos conforme ORÇAMENTO - Pesquisa Prévia de Mercado:
- 8.3. **Cotação 1 (ID 0064856650) - Deskgraphics**
- 8.4. **Cotação 2 (ID 0064857158) - Virtual Automação**
- 8.5. **Cotação 3 (ID 0064857195) - Best Sul Software**
9. **DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**
- 9.1. Conforme estabelece o art. 40 e o art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deve observar o princípio do parcelamento, visando a ampla competitividade, sempre que o objeto for divisível, sem prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.
- 9.2. Para a presente contratação, optou-se pelo **NÃO PARCELAMENTO** do objeto, devendo a solução ser adquirida em lote único - 29 (vinte e nove) licenças do mesmo software.
- 9.3. Sendo o objeto um software que automatiza normas específicas do CONTRAN/DNIT, a utilização de uma única solução garante que todos os projetos editados pela COTRAF e CENGECE sigam rigorosamente a mesma identidade visual e técnica, essencial para a segurança viária.

10. **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**
- 10.1. Inexistem contratações correlatas e/ou interdependentes a esta, sendo todas as que poderiam ser referenciadas já executadas e que na prática não dependem ou interdependem desta, estando esta contratação como dependente delas.
- 10.2. Sendo assim, para a operacionalização da solução proposta e a efetivação da topologia de comunicação com contingenciamento, não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes.
11. **DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**
- 11.1. A presente contratação, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia 2026, processo (Id. Sei! 0010.021379/2025-39),(Id. Sei! 67774869), DFD nº 808/2026 e Contatação Nº 123/2026.
- 11.2. Dessa forma, a contratação está plenamente compatível com o planejamento institucional, com a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal, reforçando o compromisso do DETRAN/RO com a boa governança e a transparência na gestão pública.
12. **RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**
- 12.1. A contratação da solução tecnológica *Autodesk Architecture Engineering Construction Collection*, tem por finalidade promover avanços significativos na capacidade técnica e operacional da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e da Coordenadoria de Engenharia Civil do DETRAN/RO. A adoção dessa ferramenta especializada contribuirá diretamente para o aprimoramento técnico das equipes envolvidas, refletindo na qualidade e eficiência dos projetos desenvolvidos.
- 12.2. A adoção dessa ferramenta especializada contribuirá para o aprimoramento dos processos de elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia de Tráfego e Engenharia Civil, alinhando-se às melhores práticas do setor e aos padrões normativos vigentes.
- 12.3. Principais resultados esperados:
- I - **Aprimoramento da análise viária:** viabiliza simulações precisas dos impactos no tráfego urbano, subsidiando decisões técnicas fundamentadas e mais seguras;
  - II - **Conformidade regulatória e padronização:** adoção de ferramentas compatíveis com normas técnicas nacionais e internacionais, assegurando projetos alinhados às diretrizes da ABNT e às melhores práticas de engenharia;
  - III - **Integração multidisciplinar:** promove a colaboração entre profissionais de arquitetura, engenharia civil e engenharia de tráfego, por meio de ambientes digitais compartilhados e interoperáveis;
  - IV - **Modernização dos métodos de trabalho:** substitui práticas manuais e sistemas obsoletos por soluções digitais integradas, elevando a produtividade, a confiabilidade e a eficiência dos resultados;
  - V - **Agilidade administrativa:** acelera a tramitação de processos e convênios, garantindo maior eficiência na execução das demandas institucionais;
  - VI - **Fortalecimento institucional:** amplia a capacidade técnica do DETRAN/RO junto aos municípios, consolidando sua atuação como referência em engenharia de tráfego e obras civis;
  - VII - **Impacto social positivo:** contribui diretamente para a redução de sinistros e para a preservação de vidas no trânsito, reforçando o compromisso com a segurança viária.
- 12.4. Além disso, a solução permitirá:
- I - **Produtividade e qualidade nos projetos;**
  - II - **Redução de retrabalhos;**
  - III - **Padronização dos entregáveis em conformidade com a ABNT;**
  - IV - **Melhor gestão de arquivos, versões e dados técnicos;**
  - V - **Maior assertividade em quantitativos e orçamentos,** otimizando recursos e garantindo maior confiabilidade nos resultados.
- 12.5. Esses resultados estão diretamente vinculados ao cumprimento das metas institucionais do DETRAN/RO, especialmente no que se refere à elaboração de projetos técnicos e planilhas orçamentárias destinadas aos convênios de sinalização trânsito nos municípios do Estado de Rondônia.
13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE**
- 13.1. Não se configura necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.
- 13.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.
14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**
- 14.1. **Possíveis Impactos Ambientais**
- 14.1.1. **Consumo de Energia**
- I - O uso intensivo de softwares de engenharia exige computadores com alto desempenho, o que pode aumentar o consumo energético nas unidades administrativas.
  - II - O armazenamento em nuvem e o processamento de dados também geram demanda energética nos data centers.
- 14.1.2. **Geração de Resíduos Eletrônicos**
- I - A necessidade de atualização de hardware para suportar os softwares pode levar ao descarte de equipamentos antigos, contribuindo para o aumento de resíduos eletrônicos (e-waste).
- 14.1.3. **Pegada de Carbono Digital**
- I - A operação de servidores, licenciamento online e atualizações constantes contribuem para a pegada de carbono digital, especialmente se os serviços forem hospedados em data centers que não utilizam energia limpa.
- 14.2. **Medidas de Tratamento e Mitigação**
- 14.2.1. **Eficiência Energética**
- I - Priorizar o uso de equipamentos com certificações de eficiência energética (ex.: selo Procel, Energy Star).
  - II - Adotar políticas internas de desligamento automático de máquinas fora do horário de expediente.
- 14.2.2. **Gestão Sustentável de TI**
- I - Implementar programas de descarte responsável de equipamentos obsoletos, com destinação a empresas certificadas em reciclagem de eletrônicos.
  - II - Avaliar a possibilidade de recondicionamento e reaproveitamento de máquinas para outras unidades administrativas.
- 14.2.3. **Contratação de Serviços com Responsabilidade Ambiental**
- I - Verificar se os serviços de armazenamento em nuvem utilizados pela Autodesk ou parceiros são operados em data centers com políticas de sustentabilidade (uso de energia renovável, compensação de carbono).
  - II - Priorizar fornecedores que adotem práticas ESG (Ambiental, Social e Governança).
- 14.2.4. **Digitalização como Redutor de Impacto**
- I - A adoção do software contribui para a redução do uso de papel, impressão de projetos e deslocamentos físicos para revisão de documentos, o que representa um impacto ambiental positivo.
- 14.3. **Considerações Finais**
- 14.3.1. A aquisição do Autodesk AEC Collection, quando acompanhada de boas práticas de gestão de TI e sustentabilidade institucional, pode ser considerada uma **solução ambientalmente responsável**, especialmente por promover a digitalização de processos e a eficiência técnica. A inclusão dessas medidas no planejamento da contratação reforça o compromisso do DETRAN/RO com os princípios da **administração pública sustentável**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, art. 5º, inciso IV.
15. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**
- 15.1. Após análise detalhada da demanda apresentada, conclui-se que Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO
- 15.2. Diante do exposto no ETP, a contratação torna-se viável por atender a necessidade do DETRAN-RO por meio de soluções apropriadas à implementação BIM para atendimento às normativas legais.
16. **JUSTIFICATIVA DA EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO.**
- 16.1. A Nova Lei de Licitações, em seu artigo 3º, §1º, I, estabelece que a licitação tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, entre Outros.
- 16.2. Embora não haja impedimento explícito na legislação quanto à participação de pessoas físicas em licitações, é necessário avaliar essa possibilidade com base nas especificações técnicas do objeto contratado.
- 16.3. No presente caso, Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, dada a natureza desses serviços, entende-se que, apenas pessoas jurídicas têm capacidade de cumprir plenamente as exigências contratuais, garantindo a eficiência e a continuidade para a segurança e o bom funcionamento dos equipamentos.
- 16.4. **Conclui-se, portanto, que a participação de pessoas físicas deve ser restrita.** Essa decisão tem como objetivo garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados, os quais exigem mão de obra especializada e uma infraestrutura adequada que apenas pessoas jurídicas sejam capazes de fornecer.
17. **ANEXOS**
- 17.1. Mapa de Risco (ID 0064892971)

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO TÉCNICA DO ETP	AUTORIDADE DE T. I. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO	CONSOLIDAÇÃO
<b>Carlos Augusto Maltz Jr.</b> Responsável Técnico CTI/DETRAN-RO	<b>Cleom Rayckard Marques de Almeida</b> Coordenador de T. I. CTI/DETRAN-RO	<b>Taiz Fânia Cid Melo</b> Assessora do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN-RO
REQUISITANTE	REQUISITANTE	REQUISITANTE
<b>Ighor Teixeira de Castro</b> Gerência de Convênios de Tráfego GERTRAF/DETRAN-RO	<b>Amanda Maciel Nogueira</b> Coordenadora de Engenharia de Tráfego COTRAF/DETRAN-RO	<b>Eva Cristina Pereira Pedreira</b> Diretora Técnica de Engenharia de Tráfego DITET/DETRAN-RO
REQUISITANTE	REQUISITANTE	REQUISITANTE
<b>Ana Clara de Medeiros Guilherme da Silva</b> Gerência Adm de Projetos, Exec e Fisc de Obras GERPROF/DETRAN-RO	<b>André Luiz Gurgel do Amaral</b> Coordenador de Engenharia Civil CENGECE/DETRAN-RO	<b>Geovane Costa Ramos</b> Diretor de Engenharia e Patrimônio DIREP/DETRAN-RO
<div>APROVO</div> <div><b>Sandro Ricardo Rocha dos Santos</b> Diretor-Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024</div>		



Documento assinado eletronicamente por **CLEOM RAYCARD MARQUES DE ALMEIDA**, **Coordenador(a)**, em 31/03/2026, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eva Cristina Pereira Pedreira, Diretor(a)**, em 31/03/2016, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Maciel Nogueira, Coordenador(a)**, em 31/03/2026, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Teixeira de Castro**, Gerente de Engenharia de Tráfego, em 31/03/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Gurgel do Amaral, Coordenador(a)**, em 31/03/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Costa Ramos, Diretor(a)**, em 31/03/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taiz Fania Cid dMelo, Assessor(a)**, em 06/04/2026, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por ANA CLARA DE MEDEIROS GUILHERME DA SILVA, **Chefe de Unidade**, em 06/04/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Antunes Maltz Junior**, **Membro**, em 07/04/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 10/04/2026, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70672670** e o código CRC **272C6B8B**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **IDENTIFICAÇÃO**

**Unidade Orçamentária:** Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO  
**Unidade Administrativa:** Coordenadoria de Tecnologia da Informação  
**Unidade Requisitante:** Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e Coordenadoria da Engenharia Civil  
**Diretoria:** Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego e Diretoria Técnica de Engenharia e Patrimônio

2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

- 2.1. O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, e tem a finalidade de instruir procedimento licitatório a ser deflagrado para Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos, para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes deste documento.
- 2.2. A demanda está formalizada no Documento de Oficialização de Demanda nº 299/2025/DETRAN-DITET (ID 0064036504) e Documento de Oficialização de Demanda nº 1/2026/DETRAN-CENGEC (ID 70677540) - Processo SEI nº 0010.006065/2026-97, e visa atender às necessidades da Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego e a Diretoria de Engenharia e Patrimônio.
- 2.3. A contratação de Pessoa Jurídica para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:
- I - **Lei Federal nº 14.133/2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente os artigos 6º, incisos XXIII e XLI;
  - II - **Decreto Estadual nº 28.874/2024** – Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com base na Lei nº 14.133/2021;
  - III - **Lei Complementar nº 123/2006** – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assegurando tratamento diferenciado e favorecido às MPes nas contratações públicas;
  - IV - **Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal** – Estabelece o princípio da obrigatoriedade de licitação para contratação com o poder público.

3. **DEFINIÇÃO DO OBJETO, OBJETIVO E DOS QUANTITATIVOS**

3.1. **Do Objeto**

3.1.1. Constituem objeto do presente Termo de Referência aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes deste documento.

3.2. **Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
------	-----------	-------------------	------------



01	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos.	Unidade	29
----	--	---------	----

3.2.1. Todas as especificações técnicas para a aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos, encontram-se discriminadas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

3.3. **Do Objetivo Coordenadoria de Engenharia de Tráfego**

3.3.1. A presente demanda tem por objetivo a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução tecnológica voltada à elaboração e suporte dos Estudos Técnicos de Engenharia de Tráfego e dos Projetos de Engenharia de Tráfego da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF.

3.3.2. A aquisição fundamenta-se na necessidade crítica de modernização da infraestrutura de dados e das ferramentas de engenharia do DETRAN/RO, pautando-se pelos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

3.3.3. Da Modernização via Hiperconvergência (HCI): A infraestrutura atual de processamento e armazenamento encontra-se em estado de obsolescência tecnológica (End of Life), gerando riscos elevados de interrupção dos serviços digitais. A opção pela tecnologia de Hiperconvergência justifica-se por:

- a) Segurança e Resiliência: A arquitetura HCI elimina pontos únicos de falha, distribuindo dados de forma redundante e garantindo a continuidade do negócio em caso de avarias de hardware.
- b) Economicidade a Longo Prazo: Embora demande investimento inicial, a solução reduz drasticamente o Custo Total de Propriedade (TCO) ao diminuir o consumo de energia, ocupação de espaço físico e custos de manutenção operacional
- c) Escalabilidade: Permite o crescimento modular conforme a demanda do órgão, evitando investimentos vultuosos em hardware subutilizado.

3.4. **Do Objetivo Coordenadoria de Engenharia Civil**

3.4.1. Instrumentalizar a CENGECE com ferramentas CAD/BIM para desenvolvimento de projetos de obras civis, elaboração de peças técnicas, quantitativos, orçamentação, compatibilização e gestão de dados técnicos, com produtividade, padronização (ABNT) e qualidade dos entregáveis.

3.4.2. Tendo em vista que a demanda refere-se à contratação de ferramenta tecnológica, é essencial que o software e os serviços estejam atualizados e compatíveis com os padrões tecnológicos vigentes.

3.4.3. A solução AEC Collection é adotada por permitir o fluxo de trabalho integrado em BIM, unindo o desenho técnico (AutoCAD) à modelagem da informação (Revit), com custo global inferior à soma das licenças individuais, garantindo economia ao erário e padronização tecnológica na CENGECE.

4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Os materiais enquadram-se na **classificação de comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

**XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;**

4.2. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público, entendimento que encontra amparo nos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara e também adotado em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública.

5. **FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, DO QUANTITATIVO (INC. II)**

5.1. **COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**

5.1.1. Conforme descrito na DFD nº 299/2025 DETRAN-DITET (ID 0064036504), a Coordenadoria de Engenharia de Tráfego desta Autarquia necessita de apoio técnico especializado para a elaboração de Estudos Técnicos e Projetos de Engenharia de Tráfego, de modo a atender às demandas da Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego – DITET. O objetivo é assegurar a plena conformidade com as normas legais vigentes e garantir a efetividade das atividades de fiscalização. A aquisição pretendida visa proporcionar à equipe técnica maior celeridade e eficiência na elaboração dos projetos, contribuindo para a melhoria contínua da gestão e da segurança viária.

5.1.2. **Da Justificativa da Contratação**

5.1.2.1. A presente contratação tem como objetivo atender às crescentes demandas da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego (COTRAF) do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, especialmente no que tange ao suporte técnico para elaboração de projetos de Engenharia de Tráfego vinculados aos Convênios de Sinalização Viária. Tais projetos têm como finalidade a redução de sinistros de trânsito, a preservação de vidas e a promoção da segurança viária em todo o território estadual.

5.1.3. **Contexto Operacional**

5.1.3.1. Atualmente, a COTRAF utiliza o Software Autodesk para elaboração de desenhos técnicos e peças gráficas dos projetos de sinalização viária. No entanto, as licenças disponíveis pertencem à Coordenadoria de Engenharia Civil, o que limita a autonomia e a capacidade operacional da equipe de Engenharia de Tráfego. Essa dependência compromete a celeridade e a continuidade dos trabalhos, especialmente diante do volume expressivo de demandas oriundas dos municípios rondonienses.

#### 5.1.4. **Demanda Técnica e Justificativa Técnica**

5.1.4.1. A COTRAF é responsável por prestar apoio técnico aos municípios na elaboração de projetos de sinalização vertical e horizontal, bem como na produção de plantas, croquis, memoriais descritivos e demais peças técnicas exigidas para formalização dos convênios. A crescente quantidade de solicitações, aliada à complexidade dos projetos, exige ferramentas tecnológicas compatíveis com as necessidades operacionais das equipes técnicas.

5.1.4.2. O Software Autodesk é amplamente reconhecido no setor de engenharia por sua robustez, precisão e compatibilidade com normas técnicas nacionais e internacionais. Sua adoção exclusiva pela COTRAF permitirá maior eficiência na elaboração dos projetos, padronização dos documentos técnicos e redução de retrabalho, além de garantir maior agilidade na tramitação dos processos administrativos.

5.1.4.3. Cabe ainda citar que a Engenharia e demais setores correlatos, utilizam este software a mais de 10 (dez) anos, sendo padronizado internamente no âmbito operacional e técnico.

#### 5.1.5. **Da Justificativa do Quantitativo**

5.1.5.1. Será disponibilizada 01 (uma) licença por profissional alocado na COTRAF que atualmente utiliza o software AutoDesk, totalizando 14 (catorze) licenças.

5.1.5.2. Cada licença será atribuída nominalmente a um servidor ou colaborador da COTRAF, mediante registro em inventário de ativos de software da unidade.

5.1.5.3. A licença é intransferível sem prévia autorização formal da administração e deverá ser utilizada exclusivamente para fins institucionais relacionados às atividades da COTRAF.

#### 5.1.6. **Impacto na Segurança Viária**

5.1.6.1. A sinalização viária é um dos pilares fundamentais para a segurança dos usuários das vias públicas, contribuindo diretamente para a organização do fluxo de veículos e pedestres, prevenção de acidentes e melhoria da mobilidade urbana. A ausência de ferramentas adequadas para elaboração dos projetos compromete não apenas a qualidade técnica das intervenções, mas também a efetividade das ações de engenharia de tráfego.

### 5.2. **COORDENADORIA DA ENGENHARIA CIVIL**

5.2.1. Conforme descrito na DFD nº 162/2026/DETRAN-CENGECE (ID 70677540), a aquisição pretendida da ferramenta CAD/BIM tem como finalidade oferecer suporte à equipe técnica, proporcionando maior agilidade na elaboração de projetos de obras civis, na produção de peças técnicas, nos levantamentos quantitativos, na orçamentação, na compatibilização e na gestão de dados técnicos. A utilização da ferramenta contribuirá para elevar a produtividade, assegurar a padronização conforme as normas da ABNT e aprimorar a qualidade dos entregáveis, fortalecendo a eficiência e a confiabilidade dos processos de engenharia.

#### 5.2.2. **Da Justificativa da Contratação**

5.2.2.1. A contratação é necessária para garantir autonomia tecnológica da CENGECE, padronização dos projetos em conformidade com normas ABNT, redução de retrabalho, melhor compatibilização disciplinar e maior eficiência na geração de plantas, modelos e documentação. AutoCad e Revit são padrões amplamente difundidos no mercado e suportam fluxos CAD 2D e BIM 3D em ambiente colaborativo.

#### 5.2.3. **Da Justificativa do Quantitativo**

5.2.3.1. A quantidade de 15 (quinze) unidades foi definida com base no quadro técnico da CENGECE, que conta atualmente com 15 profissionais (da engenharia e arquitetura) e a distribuição prioriza o acesso integral desses profissionais. Os demais colaboradores (estagiários) utilizarão, para o exercício de suas atividades, softwares gratuitos de visualização e leitura (viewers), garantindo a continuidade operacional sem custos adicionais imediatos. Eventual expansão poderá ser tratada oportunamente via aditivo.

### 5.3. **Da Escolha da Suite Autodesk AEC Collection**

5.3.1. A aquisição da *Autodesk Architecture Engineering Construction (AEC) Collection* demonstra ser a opção de maior vantagem para a Administração Pública em detrimento da aquisição de licenças isoladas ou softwares similares, conforme os seguintes pontos:

a) Integração e Interoperabilidade: A coleção oferece um ecossistema completo (AutoCAD, Revit, Civil 3D, Navisworks) com comunicação nativa, eliminando erros de compatibilidade e perda de informações entre as fases de projeto e execução.

b) Conformidade Legal (Decreto Federal nº 10.306/2020): A suite é a ferramenta padrão de mercado para a implementação da metodologia BIM (Building Information Modeling), requisito obrigatório para a modernização da engenharia pública brasileira.

c) Eficiência Financeira (Bundle): O custo da coleção completa é significativamente inferior à soma das assinaturas individuais de apenas dois dos softwares incluídos, garantindo ao DETRAN/RO acesso a mais de 20 ferramentas pelo valor de uma solução integrada.

d) Aproveitamento de Capital Humano: Dada a padronização mundial da Autodesk, os servidores da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego já possuem domínio das ferramentas, dispensando novos investimentos em curvas de aprendizado e garantindo compatibilidade com o acervo técnico existente.

### 5.4. **Quadro Comparativo: Softwares de Engenharia e Arquitetura**

Critérios de Avaliação	Autodesk AEC Collection	Softwares Avulsos (AutoCAD/Revit isolados)	Alternativas Genéricas (Open BIM)
<b>Integração de Fluxo</b>	<b>Total:</b> Conecta topografia, projeto e simulação sem perda de dados.	<b>Limitada:</b> Requer exportação/importação manual entre arquivos.	<b>Inconsistente:</b> Problemas comuns de compatibilidade de extensões.
<b>Metodologia BIM</b>	<b>Nativo:</b> Cumpre integralmente o Decreto Federal nº 10.306/2020.	<b>Parcial:</b> Depende de quais módulos foram comprados.	<b>Variável:</b> Nem todas as ferramentas suportam BIM nível 2 ou 3.
<b>Variedade de Ferramentas</b>	<b>Alta:</b> Inclui mais de 20 softwares (Revit, Civil 3D, InfraWorks, etc).	<b>Baixa:</b> Restrito apenas à ferramenta específica adquirida.	<b>Média:</b> Geralmente focado em apenas uma disciplina (ex: só civil).
<b>Custo-Benefício</b>	<b>Excelente:</b> Bundle com valor reduzido comparado à compra individual.	<b>Baixo:</b> Custo por licença é desproporcionalmente mais caro.	<b>Médio:</b> Preço menor, mas gera custos extras de conversão e treino.
<b>Acervo Técnico</b>	<b>Compatível:</b> Total aderência aos projetos legados do DETRAN/RO.	<b>Compatível:</b> Mantém a compatibilidade de arquivos.	<b>Incompatível:</b> Exige conversão e retrabalho em projetos antigos.
<b>Curva de Aprendizado</b>	<b>Mínima:</b> Equipe técnica já possui domínio das ferramentas.	<b>Mínima:</b> Mantém o padrão de uso da equipe.	<b>Alta:</b> Exige novos treinamentos e tempo de adaptação da equipe.

5.4.1. Em conclusão, a solução adotada configura-se como a forma mais segura e barata para manter o pleno funcionamento das atividades finalísticas do órgão, unindo robustez tecnológica à otimização dos recursos orçamentários.

#### 5.5. Do Problema a ser Resolvido

##### 5.5.1. Do Problema

5.5.1.1. A Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego – COTRAF e a Coordenadoria de Engenharia Civil – CENGEC, ambas vinculadas ao Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (DETRAN/RO), enfrentam limitações operacionais significativas na elaboração de projetos de sinalização viária e de obras civis, em razão da ausência de licenças próprias de software especializado. Atualmente, os profissionais da COTRAF dependem de licenças pertencentes à COENC, o que gera conflitos de uso, restrições de acesso simultâneo e comprometimento da produtividade de ambas as áreas.

5.5.1.2. Essa limitação impacta diretamente a capacidade técnica das Coordenadorias em atender às demandas dos 52 municípios do Estado de Rondônia, especialmente no que se refere à formalização de convênios de sinalização vertical e horizontal, bem como na elaboração de projetos de infraestrutura civil. A falta de autonomia tecnológica compromete a agilidade na produção de desenhos técnicos, plantas, memoriais descritivos, quantitativos, orçamentos e demais peças gráficas exigidas nos processos administrativos, além de dificultar o cumprimento dos prazos legais e institucionais.

5.5.1.3. A situação atual representa um risco à continuidade dos serviços prestados pelas Coordenadorias, podendo acarretar atrasos na execução dos projetos, prejuízos à segurança viária, à qualidade das obras civis e à efetividade das ações de engenharia, cuja finalidade é a redução de sinistros, a preservação de vidas e a melhoria da infraestrutura viária.

##### 5.5.2. Da Solução

5.5.2.1. Para superar os entraves técnicos e garantir a plena execução das atividades da COTRAF e da CENGEC, propõe-se a aquisição do software **Autodesk Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD – 3 Years Subscription (Windows)**. Esta solução contempla licenças individuais para uso exclusivo dos profissionais diretamente envolvidos na elaboração de projetos de sinalização viária e de obras civis.

5.5.2.2. A coleção AEC da Autodesk é amplamente reconhecida por sua robustez, precisão e compatibilidade com normas técnicas nacionais e internacionais, oferecendo ferramentas integradas para modelagem, desenho técnico, análise e documentação de projetos de engenharia. Sua adoção permitirá:

- Acesso simultâneo e dedicado aos profissionais da COTRAF e da CENGEC;
- Padronização dos projetos conforme diretrizes técnicas e normas da ABNT;
- Redução de retrabalho e aumento da produtividade;
- Atendimento eficiente às demandas dos municípios;
- Continuidade das ações voltadas à segurança viária e à qualidade das obras civis.
- A contratação da solução tecnológica proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre as contratações públicas no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Rondônia.

**5.5.3. Conclusão**

5.5.3.1. Diante do exposto, a aquisição de licenças próprias do Software Autodesk para uso exclusivo da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego e da Coordenadoria de Engenharia Civil constitui medida imprescindível para assegurar a continuidade das atividades técnicas, garantir a eficiência na execução dos convênios de sinalização viária e dos projetos de obras civis, além de reforçar o compromisso institucional do DETRAN/RO com a segurança no trânsito, a valorização da vida e a melhoria da infraestrutura viária.

**6. PARA CONTRATAÇÕES QUE ENVOLVAM SOLUÇÕES TIC, O ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS E DE NEGÓCIO (INC. III)**

6.1. A presente seção demonstra, de forma técnica e fundamentada, como a solução proposta — licenças Autodesk AEC Collection single-user, assinatura ELD 3 anos para ambiente Windows — atende de maneira integrada às necessidades tecnológicas e de negócio do DETRAN/RO, em especial da Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego (COTRAF) e da CENGEC, bem como dos 52 municípios assistidos.

**6.2. Mapeamento entre necessidades de negócio e capacidades tecnológicas****6.2.1. Necessidade de negócio**

- a) Elaboração padronizada de projetos de sinalização viária, obras civis e peças técnicas;
- b) Produção de quantitativos e orçamentos consistentes;
- c) Suporte técnico e capacitação continuada;
- d) Atendimento descentralizado aos municípios;
- e) Continuidade operacional sem dependência de licenças de outras unidades.

**6.2.2. Capacidade da solução**

- a) **Ferramentas integradas (AutoCAD, Revit, Civil 3D, InfraWorks, Navisworks, Recap Pro):** permitem desenho 2D, modelagem BIM, simulação e compatibilização multidisciplinar;
- b) **Licenças single-user dedicadas:** garantem acesso nominal e simultâneo para os profissionais da COTRAF, eliminando gargalos de uso;
- c) **Assinatura 3 anos com suporte e atualizações:** assegura manutenção evolutiva, correções e acesso a novas versões;
- d) **Ambiente colaborativo e interoperável:** facilita troca de arquivos, controle de versões e integração entre disciplinas;
- e) **Compatibilidade normativa:** suporte a padrões ABNT e interoperabilidade com formatos internacionais, assegurando conformidade técnica.

6.3. A correspondência direta entre as funcionalidades da AEC Collection e as demandas técnicas e administrativas reduz riscos de retrabalho, aumenta a assertividade dos projetos e fortalece a capacidade institucional de atendimento técnico aos municípios.

**6.3.1. Benefícios operacionais e estratégicos esperados**

- a) **Produtividade:** redução de tempo na elaboração de projetos e documentos técnicos;
- b) **Qualidade técnica:** entregáveis padronizados e aderentes às normas, com menor probabilidade de inconsistências;
- c) **Eficiência orçamentária:** maior precisão em quantitativos e orçamentos, reduzindo contingências;
- d) **Governança e rastreabilidade:** controle de versões, histórico de alterações e responsabilização técnica;
- e) **Capacitação institucional:** formação técnica padronizada com instrutores certificados, ampliando autonomia operacional;
- f) **Impacto social:** suporte técnico aos municípios que contribui para intervenções viárias mais seguras e redução de sinistros.

**6.4. Requisitos não funcionais e critérios de aderência tecnológica****6.4.1. Disponibilidade e desempenho**

- a) Disponibilidade mínima contratual de 99% em base mensal;
- b) Tempo máximo de resposta para incidentes críticos: 4 horas úteis;
- c) Tempo máximo para resolução de incidentes críticos: 48 horas úteis, salvo dependência de terceiros.

**6.4.2. Segurança e conformidade**

- a) Conformidade com LGPD no tratamento de dados;
- b) Controles de acesso, autenticação multifator e criptografia em trânsito e repouso;

c) Registro de auditoria e logs para rastreabilidade.

6.4.3. **Interoperabilidade e portabilidade**

- a) Suporte a formatos IFC, DWG, RVT e exportação para planilhas de quantitativos;
- b) APIs ou mecanismos de exportação/importação para integração com sistemas internos de gestão.

6.5. **Escalabilidade e continuidade**

- a) Capacidade de expansão de usuários e projetos sem degradação de desempenho;
- b) Plano de continuidade e recuperação de desastres documentado.

6.6. **Transferência de conhecimento e capacitação**

6.6.1. **Plano mínimo exigido**

- a) Treinamento inicial presencial ou remoto para todos os 14 usuários da COTRAF e equipe técnica da CENGEC;
- b) Módulos avançados para elaboração de ETP, modelagem BIM e geração de quantitativos;
- c) Material didático oficial Autodesk e avaliações de proficiência;
- d) Cronograma de reciclagem anual e suporte para formação de multiplicadores internos.

6.6.2. **Critério de aceitação**

- a) Instrutores certificados ACI e comprovação de Authorized Training Center quando aplicável;
- b) Relatórios de presença, avaliações e plano de desenvolvimento individual.

6.7. **Medição de resultados e indicadores de desempenho**

6.7.1. **Indicadores sugeridos**

- a) Tempo médio de elaboração de ETP (meta: redução percentual a ser definida);
- b) Taxa de retrabalho em projetos (meta: redução anual);
- c) Precisão de quantitativos (desvio médio entre estimado e executado);
- d) Disponibilidade do sistema (meta:  $\geq 99\%$ );
- e) Tempo médio de atendimento a incidentes (meta:  $\leq 4$  horas para críticos);
- f) Número de servidores certificados após treinamentos.

6.7.2. **Mecanismo de aferição**

- a) Relatórios trimestrais de uso, logs de atividade, e auditorias técnicas documentadas no processo contratual.

6.8. **Riscos, mitigação e cláusulas contratuais recomendadas**

6.8.1. **Riscos principais**

- a) Obsolescência tecnológica;
- b) Fornecimento de licenças sem procedência;
- c) Capacitação insuficiente;
- d) Interrupção de suporte.

6.8.2. **Mitigações contratuais**

- a) Exigir comprovação de parceria Autodesk (Gold/Platinum) e evidências de licenciamento legítimo;
- b) SLA com penalidades por indisponibilidade e não conformidade;
- c) Plano de manutenção evolutiva e cronograma de atualizações;

- d) Cláusula de transferência de conhecimento e garantia de reposição de instrutores certificados;
- e) Direito de auditoria e diligência para verificação de atestados e contratos que suportem a qualificação técnica.

#### 6.9. Conformidade normativa e governança

6.9.1. A solução e os procedimentos de contratação devem observar a Lei Federal nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e o Decreto Estadual nº 28.874/2024, garantindo: planejamento prévio (ETP), fundamentação técnica, economicidade, transparência e rastreabilidade. Recomenda-se registro detalhado das premissas técnicas, memórias de cálculo e do Quadro Estimativo de Preço de Mercado para subsidiar eventual auditoria. Conclusão

6.9.2. A aquisição das licenças Autodesk AEC Collection, com suporte técnico e manutenção evolutiva por 3 anos, representa solução tecnológica estratégica e aderente às necessidades tecnológicas e de negócio do DETRAN/RO. A implementação, acompanhada de requisitos contratuais claros, indicadores de desempenho e plano de capacitação, assegura ganhos de produtividade, qualidade técnica, governança e impacto positivo na segurança viária estadual.

#### 7. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição do Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), voltado ao fornecimento de solução tecnológica voltada à elaboração e suporte dos Estudos Técnicos de Engenharia de Tráfego e dos Projetos de Engenharia de Tráfego da Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF.

7.2. Considerando a natureza do objeto, trata-se de **solução tecnológica indivisível**, cuja funcionalidade depende da aquisição integral do pacote de licenciamento e suporte técnico. O software é comercializado como produto único, com licenciamento fechado, não sendo possível sua fragmentação em módulos ou funcionalidades isoladas que permitam parcelamento por partes. Além disso, o suporte técnico associado à solução é vinculado à aquisição completa, sendo essencial para garantir a correta instalação, configuração, manutenção e atualização da ferramenta.

7.3. Dessa forma, **não se justifica o parcelamento da contratação**, uma vez que a divisão do objeto comprometeria a integridade da solução, a eficiência da implementação e a continuidade dos serviços. A contratação em parcela única assegura:

- I - **A plena funcionalidade do software**, conforme especificações técnicas exigidas;
- II - **A compatibilidade com os sistemas internos** e com os fluxos de trabalho da equipe técnica;
- III - **A efetividade do suporte técnico**, que depende da aquisição integral da solução;
- IV - **A celeridade na implantação**, evitando atrasos decorrentes de aquisições fragmentadas;
- V - **A observância ao princípio da eficiência**, previsto no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Portanto, a contratação em parcela única é a medida mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, garantindo o atendimento pleno às necessidades institucionais do DETRAN/RO, sem prejuízo à legalidade, à economicidade e à funcionalidade da solução contratada, conforme consta nos parágrafos § 2º e § 3º do art. 40 da Lei nº

#### 8. DAS VEDAÇÕES

##### 8.1. Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio

8.1.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto da presente contratação – aquisição de licenças de software Autodesk Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win – não se caracteriza como de grande porte, não exige capacidade operacional especializada, tampouco envolve questões de alta complexidade técnica que demandem a união de esforços entre diferentes empresas.

8.1.2. A execução do contrato é plenamente viável por uma única empresa, não havendo necessidade de parcelamento ou divisão de responsabilidades, razão pela qual não se aplica o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. A vedação assegura maior responsabilidade individual, evita a fragmentação de obrigações e garante maior eficiência administrativa e segurança jurídica.

##### 8.2. Da Vedação de Cooperativa e Associação

8.2.1. Fica igualmente vedada a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativas ou associações. A contratação exige uniformidade, qualidade e rastreabilidade na execução, o que não se compatibiliza com a estrutura descentralizada dessas organizações.

8.2.2. A participação de cooperativas poderia acarretar:

- a) Risco de variação na qualidade dos serviços prestados;
- b) Dificuldade de fiscalização individual dos responsáveis;
- c) Fragilidade na responsabilização contratual, comprometendo a segurança da execução;
- d) Incerteza quanto à continuidade e padronização da prestação.

8.2.3. Dessa forma, a vedação encontra respaldo na necessidade de garantir eficiência, transparência e segurança, em consonância com os princípios da Administração Pública e com o dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021. Assim, não se aplica o entendimento do art. 16 da referida Lei, pois o objeto demanda execução centralizada e responsabilidade direta de uma única empresa contratada.

### 8.3. Da Vedação de Vínculo com o Poder Público

8.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, fiscalização ou gestão do contrato.

8.3.2. A vedação também se aplica a cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme previsto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Tal proibição deve constar expressamente no edital, garantindo impessoalidade, moralidade e prevenção de conflitos de interesse.

8.4. As vedações estabelecidas visam assegurar que a contratação seja realizada de forma eficiente, transparente e juridicamente segura, evitando riscos de fragmentação de responsabilidades, variação de qualidade, dificuldades de fiscalização e potenciais conflitos de interesse.

8.5. Com isso, o processo de aquisição do software Autodesk atende plenamente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, moralidade e impessoalidade, assegurando a proteção do interesse público e a regularidade da execução contratual.

### 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução proposta consiste na aquisição de licenças do software **Autodesk Architecture Engineering Construction (AEC) Collection IC Commercial New Single-user ELD**, com assinatura válida por **3 (três) anos**, voltada ao ambiente Windows. Trata-se de uma suíte integrada de ferramentas de projeto, modelagem e documentação técnica, amplamente utilizada nas áreas de engenharia, arquitetura e infraestrutura viária.

9.2. Essa coleção reúne softwares de referência internacional, como **AutoCAD, Revit, Civil 3D, InfraWorks, Navisworks, Recap Pro**, entre outros, oferecendo uma plataforma robusta e interoperável para o desenvolvimento de projetos de sinalização viária, planejamento urbano e engenharia de tráfego. A aquisição contempla licenças individuais (single-user), garantindo acesso dedicado e simultâneo aos profissionais da Coordenadoria Técnica de Engenharia de Tráfego – COTRAF/DETRAN-RO.

### 9.3. Componentes da Solução

9.3.1. A solução abrange:

- a) **Licenciamento oficial por 3 anos**, com suporte técnico e atualizações automáticas;
- b) **Acesso a múltiplos softwares especializados**, permitindo desde o desenho técnico 2D até modelagem BIM e simulações de tráfego;
- c) **Compatibilidade com normas técnicas nacionais (ABNT) e internacionais**, assegurando conformidade nos projetos;
- d) **Ambiente colaborativo e escalável**, com possibilidade de integração entre equipes e disciplinas técnicas.

### 9.4. Objetivos da Solução

9.4.1. A implementação da AEC Collection visa:

- a) Atender às demandas técnicas da COTRAF na elaboração de projetos de sinalização vertical e horizontal e as demandas da CENGECE nas elaborações de projetos de obras civis, elaboração de peças técnicas, quantitativos, orçamentação, compatibilização e gestão de dados técnicos, com produtividade, padronização (ABNT) e qualidade dos entregáveis. ;
- b) Apoiar os 52 municípios do Estado de Rondônia na formalização de convênios de engenharia de tráfego e obras civis;
- c) Garantir a continuidade das atividades técnicas sem dependência de licenças de outras unidades;
- d) Promover maior eficiência, precisão e padronização nos documentos técnicos produzidos;
- e) Fortalecer a capacidade institucional do DETRAN/RO no cumprimento de sua missão de promover segurança viária.

### 9.5. Resultados Esperados

9.5.1. Com a adoção da solução tecnológica proposta, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Redução de retrabalho e aumento da produtividade das equipes técnicas, com processos mais ágeis e eficientes;
- b) Melhoria na qualidade dos projetos e maior assertividade nas intervenções viárias e civis;
- c) Agilidade na tramitação dos processos administrativos e convênios, garantindo cumprimento dos prazos legais e institucionais;
- d) Fortalecimento da atuação técnica do DETRAN/RO junto aos municípios, ampliando a capacidade de atendimento às demandas locais;
- e) Contribuição direta para a redução de sinistros e preservação de vidas no trânsito, reforçando o compromisso institucional com a segurança viária;

- f) Padronização dos entregáveis em conformidade com as normas da ABNT, assegurando consistência técnica e documental;
- g) Melhor gestão de arquivos, versões e dados técnicos, com maior confiabilidade e rastreabilidade das informações;
- h) Maior precisão em quantitativos e orçamentos, reduzindo inconsistências e otimizando a alocação de recursos.

#### 10. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A contratação em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

10.2. Respeitar e fazer que sejam respeitados, no tocante à disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotados na área de execução dos serviços. Inclui-se as regras sanitárias estabelecidas, relacionadas com a atividade da Contratada, em cada local de prestação de serviços.

##### 10.3. Requisitos de Qualificação da Contratada

10.3.1. Por se tratar de aquisição de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), exige-se a comprovação de capacidade técnica e habilitação profissional em conformidade com a legislação vigente.

##### 10.4. Do Local e Forma de Entrega

10.4.1. Os Serviços, assim como as licenças de software derivadas do mesmo, por se tratarem de *software/interação* lógica (sem composição física), deverão ser executados nas dependências da Sede do do DETRAN-RO, sito à rua Dr. José Adelino, 4477 – Bairro: Costa e Silva – Porto Velho – RO. Observando os horários de funcionamento das 07:30 às 13:30 h de segunda a sexta-feira, no que tange os serviços de caráter presencial e/ou mapeamento, podendo ainda serem feitos de forma remota caso necessário.

10.4.2. Os softwares deverão ser entregues instalados e configurados em ambiente provido pela Contratada, cabendo todos os custos diretos e indiretos relacionados a instalação e implementação estarem inclusos, não cabendo nenhum custo adicional além do orçado por item. Cabe informar que será no início da implantação realizado reunião de Kick-off para definições das metodologias de implementação e uso, assim como ademais, entre contratante e contratado.

10.4.3. A entrega dos serviços e bens deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na aceitação dos itens será observada as especificações contidas no Termo de Referência e as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.

10.4.4. Toda Infraestrutura necessária para funcionamento e entrega dos software, assim como o licenciamento do mesmo, deverão estar inclusos na entrega, sendo a licença de uso dos softwares advindos do Serviço entregues em conjunto com seu devido licenciamento (anual), durante todo o período do serviço contratado. A mesma deverá ainda permitir a renovação do licenciamento de forma isolada após entrega da solução a Contratada, permitindo o uso da mesma de forma autônoma.

10.4.5. Caso o proponente realize a entrega com plataforma própria e independente, confeccionada especificamente e com direito de entrega do código base, ou seja, passível de cedência do "Código-fonte", tal cedência, assim como todos os seus direitos de uso e documentações, são exclusivos ao DETRAN/RO, caso seja a forma de entrega adotada pelo Contratado.

10.4.6. O software deverá ser hospedado em ambiente próprio, cabendo a contratada todos os custos relacionados para a mesma, assim como todas as licenças necessárias para manutenção de tal ambiente durante a vigência do contrato (licenças e infraestrutura) por 12 (doze) meses após término do contrato. O ambiente em questão poderá ser on-premise ou em remoto.

10.4.7. Após o período de manutenção ou em momento a ser definido entre as partes, todas as Bases/Dados Armazenados e/ou "código-fonte", assim como documentações e ademais relacionados deverão ser entregues ao Contratante.

##### 10.5. Do Prazo

10.5.1. O prazo para entrega deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho/ou assinatura do contrato, observados os critérios deste Termo e seus anexos.

##### 10.6. Das Condições de Recebimento

10.6.1. O recebimento do objeto supracitado neste termo de referência, será em sua **INTEGRALIDADE**, bem como em observância previsto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.2. As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.6.3. Executado o contrato, o seu objeto será recebido conforme a Lei nº 14.133/2021 na forma abaixo:

##### 10.6.4. Do Recebimento Provisório

10.6.4.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, pela Divisão de Patrimônio, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis** contados da efetiva entrega, de acordo com o art. 140 inciso II, alínea "a", e ainda § 2º, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida.

10.6.4.2. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na NOTA FISCAL quando da sua entrega.



10.6.4.3. A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, os itens que forem rejeitados parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos, danos ou não estiverem de acordo com a especificação do termo de referência imediatamente.

10.6.4.4. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Devolução, no qual consignaram as desconformidades, devendo os bens serem recolhidos e substituídos.

10.6.4.5. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais.

#### 10.6.5. **Do Recebimento Definitivo**

10.6.5.1. Será recebido **DEFINITIVAMENTE**, após a comprovação da qualidade e quantidade do material, por uma comissão designada pela autoridade competente, após decurso do prazo de recebimento provisório, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias**, podendo ainda a Administração rejeitar em todo ou parte o fornecimento executado em desacordo com o exigido, de acordo com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.5.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Devolução, no qual consignaram as desconformidades, devendo os bens serem recolhidos e substituídos.

10.6.5.3. A contratada terá prazo de 30 (trinta) dias para providenciar a substituição dos materiais, contados a partir do recebimento do respectivo Termo de Devolução a ser emitido pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços ou setor competente.

10.6.5.4. Após a notificação da Contratada, o prazo para Recebimento decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

10.6.5.5. Todas as despesas decorrentes de substituição ou recolhimento de materiais deverão correr às expensas da empresa licitante

10.6.5.6. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato;

### 11. **DA GARANTIA DO PRODUTO E DO SUPORTE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO**

#### 11.1. **Da Garantia**

11.1.1. A garantia e assistência técnica compreenderá o período de vigência do contrato, prevalecendo o interesse da administração pública acerca do objeto da aquisição/contratação.

11.1.2. A assistência técnica deverá ser realizada pela CONTRATADA, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia do objeto deste termo de referência.

11.1.3. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC Lei nº. 8.070 de 11/09/90.

11.1.4. O serviço de suporte técnico consiste, dentre outras, no esclarecimento de dúvidas relativas à utilização da ferramenta on line, resolução de problemas, auxílio em configurações e atualização da ferramenta, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia.

11.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar “Central de atendimento” para abertura de chamado, em dias úteis, (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h). Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica da secretaria. A CONTRATADA deverá fornecer meios de contato para registro dos chamados, telefone e e-mail.

11.1.6. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia e a assistência técnica da ferramenta on line, ou em caso de recusa de prestar a devida assistência, inclusive quanto aos custos e transtornos causados à administração.

11.1.7. O prazo máximo para solução de problemas – a qual se dará o restabelecimento de funcionamento da ferramenta – deverá ser de, no máximo, 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a abertura do chamado.

11.1.8. Nos casos de atualização de versão, toda vez que houver uma nova versão, novos recursos ou correções implementadas, essas atualizações serão enviadas via e-mail com orientação de técnico especializado designado pela CONTRATADA, orientando sobre o passo-a-passo para auxílio ao usuário para atendimento à todas as necessidades e particularidades envolvidas na complexa manipulação do software, com vistas em dimensionar integração dos ambientes, assegurando assim o funcionamento ininterrupto do sistema.

11.1.9. A CONTRATADA deverá enviar ao Gestor do Contrato, relatório com o histórico dos chamados (Relatório de Acompanhamento de Atendimento) realizados no mês que ocorrer o problema técnico, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

11.1.10. As demais condições descritas nos itens a seguir (10.3.6 e 10.3.7) são adstritas ao fabricante, portanto, condicionantes para quem as adquire.

### 12. **ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O valor orçado nesta pesquisa de preços é de R\$ 1.538.755,08 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

12.2. A memória de cálculo para estimar o valor está demonstrada no Quadro Estimativo de Preços (id.70796942), onde evidência, entre outras, a quantidade estimada multiplicada pelo preço unitário mínimo de preço (método adotado ).

12.3. Os documentos que deram suporte para justificar o tratamento dado aos preços coletados, bem como a metodologia que foi aplicada encontram-se anexos aos autos, conforme cotações (id.70796583 e 70796790), oriundas da pesquisa de mercado e consulta ao PNCP, Contratações públicas os quais contemplam os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos.	Unidade	29	R\$ 53.060,52	R\$ 1.538.755,08

13. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

13.1. A presente contratação, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia 2026, processo (Id. Sei! 0010.021379/2025-39),(Id. Sei! 67774869), DFD nº 808/2026 e Contatação Nº 123/2026, Id. do Item no PCA nº 279 ([Publicação - PCA](#)), Coordenadoria de Engenharia Civil - CENGEC, bem como DFD nº 1126/2026, Contratação nº 256/2026, Id do Item no PCA nº. 1397 ([Publicação - PCA](#)) - Coordenadoria de Engenharia de Tráfego - COTRAF.

13.2. Dessa forma, a contratação está plenamente compatível com o planejamento institucional, com a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal, reforçando o compromisso do DETRAN/RO com a boa governança e a transparência na gestão pública.

14. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas com os objetos a serem adquiridos, em decorrência deste Termo de Referência, ocorrerão na seguinte programação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	15020 - Departamento Estadual de Trânsito
Função:	06 - Segurança Pública
SubFunção:	181- Policiamento
Ação:	2000 - Realizar operações de fiscalização de trânsito.
Programa:	2002 - Educação e Segurança no Trânsito
Fonte de Recurso:	17520 - Recursos Vinculados ao Trânsito
Fonte de Recurso:	17530 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Natureza da Despesa:	3390.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (Pessoa Jurídica)
Natureza da Despesa:	4490.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (Pessoa Jurídica)

15. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP

15.1. Aplica-se, no que couber, a legislação pertinente à participação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, o que será definido pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços (DETRAN-CPLMS).

15.2. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

15.3. Será aplicado o critério de exclusividade na contratação de ME/EPP, para os itens em que o valor da contratação é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme as prerrogativas Inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

16. APLICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

16.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para o fornecimento do serviço, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

16.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

16.3. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade com [art. 5º da Lei nº 14.133/21](#);

16.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações das Instruções Normativas, Decretos e demais legislações vigentes;

16.5. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

16.6. Deverá a CONTRATADA obedecer, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/IMPOG Nº 01 DE 19/01/2010, em conformidade com o Decreto Estadual nº 21.264/2016.

16.7. Aplica-se, no que couber, o Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável conforme consta na Lei Federal 14.133/2021.

16.8. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

#### 17. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

17.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

17.2. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento como sendo o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

17.3. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

17.4. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

#### 18. **DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

18.1. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

18.2. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

18.3. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

#### 19. **PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DE DADOS**

19.1. Todas as informações, aplicativos, documentos que forem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE.

19.2. Os executores da CONTRATADA, que atuarão na implantação e nos demais serviços previstos na solução, receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminalmente e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito.

19.3. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

19.4. A CONTRATADA obrigar-se-á a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

#### 20. **DA HABILITAÇÃO**

##### 20.1. **Da Habilitação Jurídica**

20.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

20.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

20.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

##### 20.2. **Da Qualificação Técnica**

20.2.1. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade:

20.2.2. Considerando os objetos desta licitação:

20.2.2.1. A parcela de maior relevância ou valor significativo para único item, deverá ser compatíveis com os objetos, cujo valor estimado para o item é **superior a 4%** do valor total estimado da contratação;

20.2.2.2. Considerando a exigência de atestados, a quantidade **mínima exigida será de 20% (vinte por cento)**, conforme estabelecido nos subitens anteriores das parcelas de maior relevância, dos itens que o licitante estiver participando.

20.2.3. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu produtos condizentes com o(s) item(ns) para o(s) qual(is) apresentar proposta.

20.2.4. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo do item em que esteja participando.

20.2.5. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

20.2.6. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021 sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

20.2.7. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar **certificados emitidos pela Autodesk**, que comprovem o credenciamento como parceiro Autodesk em categoria GOLD ou de nível superior e para ministrar treinamentos com certificação oficial Autodesk (apenas parceiros GOLD ou superior são habilitados a dar treinamentos de seus produtos). Para essa comprovação, a licitante deverá apresentar:

I - **Para a empresa:**

a) **Certificação parceiro autorizado Autodesk:** Autodesk Gold Partner ou Autodesk Platinum Partner

b) **§ Centro de Treinamento Autorizado Autodesk (ATC)** - Authorized Training Center Autodesk

II - **Para os instrutores:**

a) **§ Certificado Autodesk ACI** – Autodesk Certified Instructor (do instrutor)

20.2.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer diligências para aferir a veracidade das informações colocadas na proposta pela empresa adjudicada, para que então ocorra a assinatura do contrato entre as partes.

20.2.9. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratada e local em que foram prestados os serviços.

20.2.10. A veracidade das informações prestadas pela pessoa jurídica de direito público e dos documentos apresentados pela licitante é de sua responsabilidade, sujeitando-a às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

20.2.11. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

20.2.12. **Justificativa Técnica e Administrativa**

20.2.12.1. A exigência de que a licitante comprove credenciamento como parceiro Autodesk na categoria GOLD ou superior e que os instrutores possuam certificação Autodesk Certified Instructor (ACI) é técnica e administrativamente justificada pela natureza especializada do objeto: fornecimento de licenças e capacitação para produtos Autodesk da linha Architecture Engineering Construction. A adoção desses requisitos assegura que o fornecedor detenha reconhecimento formal do fabricante, acesso direto a atualizações, suporte técnico qualificado e autorização para ministrar treinamentos oficiais, elementos essenciais para garantir a qualidade, a continuidade e a conformidade da solução contratada.

20.2.12.2. **Benefícios Diretos da Exigência**

I - **Garantia de qualidade técnica:** Parceiros GOLD/Platinum mantêm relacionamento formal com a Autodesk, demonstrando capacidade comprovada de implementação, suporte e atualização das soluções.

II - **Capacidade de formação certificada:** Instrutores ACI asseguram que os treinamentos sejam ministrados segundo padrões oficiais, com conteúdo, metodologia e avaliação reconhecidos pelo fabricante.

III - **Redução de riscos operacionais:** credenciamento e certificação reduzem a probabilidade de falhas na implantação, uso indevido de licenças e deficiências no suporte técnico.

IV - **Acesso a recursos e atualizações:** parceiros de nível superior têm prioridade em acesso a hotfixes, roadmaps e canais de suporte, o que preserva a continuidade do serviço.

V - **Valorização do investimento público:** formação oficial e suporte qualificado aumentam a efetividade do uso das licenças, gerando maior retorno técnico e econômico para a Administração.

**20.2.12.3. Riscos Mitigados pela Exigência**

- I - **Risco de fornecimento de licenças não autorizadas:** evita aquisição de produtos sem procedência ou sem direito de revenda/atendimento.
- II - **Risco de capacitação inadequada:** impede treinamentos ministrados por profissionais sem preparo oficial, reduzindo retrabalho e má utilização do software.
- III - **Risco de descontinuidade do suporte:** parceiros certificados demonstram estrutura para atendimento e manutenção evolutiva durante a vigência contratual.
- IV - **Risco jurídico e de conformidade:** minimiza exposição a questionamentos sobre regularidade técnica e legal da contratação.

**20.2.12.4. Procedimentos de Verificação e Diligência**

20.2.12.4.1. Para assegurar a veracidade e suficiência das comprovações, a Administração deverá:

- I - **Exigir documentos oficiais** emitidos pela Autodesk que atestem o status de Partner GOLD ou Platinum e a condição de Authorized Training Center quando aplicável.
- II - **Solicitar certificados ACI** dos instrutores, com identificação nominal e validade.
- III - **Requerer documentação complementar:** contratos, notas fiscais, atestados de capacidade técnica, endereço e local de prestação dos serviços que deram origem aos atestados.
- IV - **Realizar diligências** junto à Autodesk e aos clientes referenciados para confirmação dos atestados e da experiência declarada.
- V - **Registrar todas as verificações** no processo administrativo, com evidências que subsidiem eventual auditoria.

20.2.12.4.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar comprovações insuficientes e de aplicar sanções previstas em lei caso se constate falsidade ou omissão.

20.2.12.4.3. A exigência está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e interesse público, pois busca assegurar que a solução contratada seja entregue, suportada e disseminada com qualidade técnica reconhecida pelo fabricante. Além disso, a medida é compatível com a necessidade de mitigação de riscos contratuais e com práticas de mercado adotadas em contratações de TIC que envolvem softwares proprietários e capacitação oficial.

**20.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

20.3.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

20.3.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

20.3.3. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.3.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

20.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

20.3.7. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

**20.4. Da Qualificação Econômica Financeira**

20.4.1. Para a qualificação econômica é necessário:

20.4.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II da Lei 14133/2021.

20.4.1.2. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, verificar-se-á se o licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

20.4.1.3. Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

20.4.1.4. **Balanco Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

a) **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)**, conforme fórmula abaixo;

b) **Comprovar possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a 5% do valor da proposta apresentada pela licitante**, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

ILG=	ATIVO CIRCULANTE AC + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP).
	PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)

ISG=	ATIVO TOTAL (AT).
	PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)

ILC=	ATIVO CIRCULANTE (AC).
	PASSIVO CIRCULANTE (PC)

20.4.1.5. Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

20.4.1.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

20.4.1.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

#### 20.4.2. Justificativa – Qualificação Econômico-Financeira

20.4.2.1. A exigência do BP e da DRE dos dois últimos exercícios, com a fixação de patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da proposta, é medida técnica, proporcional e juridicamente amparada, destinada a resguardar a execução do contrato de fornecimento de assinaturas Autodesk por 3 anos, garantindo segurança jurídica, continuidade do serviço e proteção do interesse público.

20.4.2.2. Exigir o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos dois últimos exercícios sociais para habilitação econômico-financeira da licitante, no procedimento de aquisição da assinatura Autodesk AEC Collection — 3 (três) anos, tem por finalidade assegurar a capacidade financeira da empresa contratada para suportar a execução do contrato e eventuais variações de mercado inerentes ao fornecimento de software em regime de assinatura.

20.4.2.3. Fundamento legal

20.4.2.3.1. A exigência encontra respaldo no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir documentos de qualificação econômico-financeira para garantir a execução do contrato, e no § 4º do mesmo artigo, que permite a fixação de requisitos proporcionais, como capital mínimo ou patrimônio líquido, para mitigar riscos de inadimplência ou insolvência durante a vigência contratual.

20.4.2.4. Finalidade e proporcionalidade

20.4.2.4.1. A apresentação do BP e da DRE dos dois últimos exercícios objetiva:

- Verificar a solvência e a liquidez da empresa, confirmando que dispõe de recursos próprios suficientes para absorver variações de custo, flutuações cambiais (quando aplicáveis) e despesas operacionais relacionadas à prestação continuada do serviço de assinatura por 36 meses;
- Assegurar a continuidade do fornecimento e a manutenção dos níveis de suporte e atualização exigidos pelo contrato, evitando interrupções que prejudiquem a operação do DETRAN/RO;
- Proteger o interesse público e o erário, prevenindo a contratação de empresas subcapitalizadas cuja incapacidade financeira possa acarretar atrasos, rescisões contratuais ou custos adicionais para a Administração.

20.4.2.4.2. A exigência é proporcional e razoável, pois limita-se a documentos contábeis padronizados (BP e DRE) dos dois últimos exercícios, evitando ônus excessivo às empresas e permitindo avaliação objetiva da capacidade econômico-financeira.

20.4.2.5. Critério de capital mínimo ou patrimônio líquido

20.4.2.5.1. Em conformidade com o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, recomenda-se exigir patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da proposta apresentada, como critério de qualificação econômico-financeira. Tal percentual:

- é suficiente para demonstrar capitalização mínima sem inviabilizar a competitividade;
- protege a Administração contra riscos de insolvência;
- pode ser aferido de forma objetiva a partir do BP apresentado.

20.4.2.6. Garantias de equidade e mitigação de impactos

20.4.2.6.1. Para preservar a competitividade e evitar exclusão indevida de fornecedores:

- aceitar-se-ão demonstrações contábeis auditadas quando disponíveis;
- admitir-se-ão, em substituição ou complementação, certidões e documentos oficiais que comprovem situação patrimonial e fiscal, desde que previstos no edital;

c) prever-se-á possibilidade de apresentação de garantias contratuais (fiança bancária, seguro garantia) para empresas que não atinjam o percentual exigido, quando tecnicamente justificável e permitido pelo edital;

d) estabelecer-se-á prazo e forma para esclarecimentos e retificações documentais, evitando decisões sumárias de inabilitação.

#### 20.4.2.7. Risco mitigado e alinhamento com princípios administrativos

20.4.2.7.1. A medida está alinhada aos princípios da vantajosidade, eficiência e economicidade, pois reduz a probabilidade de contratação de fornecedores incapazes de cumprir obrigações contratuais, o que, em última análise, preserva recursos públicos e garante a continuidade do serviço de assinatura de software crítico para as atividades do DETRAN/RO.

### 20.5. Das Declarações

20.5.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, anexado junto com o documento de proposta.

20.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

20.5.3. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

20.5.4. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

## 21. DO INSTRUMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

### 21.1. Do instrumento Contratual

21.1.1. A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

21.1.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.

21.1.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

21.1.4. Os contratos a serem firmado terão sua vigência durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei n.º 14.133/21, respeitando-se os demais preceitos legais, podendo ser prorrogado na forma e limites estabelecidos na Lei, tendo sido constatada a qualidade dos serviços prestados e a vantajosidade do valor avençado.

### 21.2. Da Garantia Contratual

21.2.1. Em consonância com o disposto no art. 96 da Lei 14.133/2021, que confere à autoridade competente a discricionariedade para a exigência de garantia de execução, a análise do objeto do presente pregão, permite concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração Pública.

21.2.2. Considerando a natureza dos serviços e materiais a serem fornecidos, não se identificam elementos que indiquem a probabilidade de danos ou prejuízos que justifiquem a imposição de uma garantia contratual. A relação entre a Administração e a CONTRATADA é pautada pela confiança e pela boa-fé, e a natureza dos serviços requeridos não apresenta complexidades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

21.2.3. Pelos fatos elencados, a não exigência de garantia contratual é medida que se coaduna com a prudência administrativa e a busca pela eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando a contratação de forma ágil e desburocratizada.

### 21.3. Dos Reajustes Contratuais

21.3.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, de acordo com o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

21.3.2. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada, e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta.

21.3.3. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos o índice ICTI para contratações de serviços de TI, conforme o art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

21.3.4. As alterações decorrentes de solicitação de reequilíbrio seguirão o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

### 21.4. Da Rescisão Contratual

21.4.1. A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

21.4.2. Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/2021.

21.4.3. Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;

## 22. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

22.1. A aquisição deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações e Decreto ° 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

22.2. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando todas as especificações mínimas exigidas;

22.3. Executar a aquisição seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;

22.4. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo de referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

22.5. A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração;

## 23. **DAS OBRIGAÇÕES**

### 23.1. **Da Contratante**

23.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

23.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste termo.

23.1.3. Verificar se o objeto fornecido está em conformidade com o solicitado no detalhamento contido neste termo de referência.

23.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da presente contratação, tomando as providências necessárias para as devidas correções decorrentes de erros e falhas.

23.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

23.1.6. Aplicar as sanções que couberem às inadimplências do Contratado, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório.

### 23.2. **Da Contratada**

23.2.1. Executar os serviços relativos ao objeto em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência, observando as normas constantes deste instrumento e em consonância com a proposta de preços;

23.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

23.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

23.2.5. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações.

23.2.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;

23.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

23.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

23.2.9. Em casos de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos as unidades móveis, por culpa ou não da Contratante, esta limitar-se-á a providenciar a devida comunicação para elaboração do BO – Boletim de Ocorrência, quando for o caso. A remoção, despesa com guinchos, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos sinistrados serão de inteira responsabilidade da empresa contratada;

23.2.10. A contratada responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se como preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos durante as manutenções preventivas.



- 23.2.11. Serão consideradas, como manutenção preventiva as trocas de: óleo do motor, óleo do câmbio, fluido de freio, fluido de aditivo do radiador, pastilha de freio, lona de freio, correia do alternador, correia de distribuição, filtro de lubrificação de óleo, filtro de combustível, filtro de ar, amortecedor da suspensão dianteira, amortecedor da suspensão traseira.
- 23.2.12. Os serviços serão sempre executados pela CONTRATADA em sua sede ou em empresa por ela determinada, sendo que esta deve atender à localidade onde o veículo estiver.
- 23.2.13. A contratada se responsabilizará por seguro, sem qualquer ônus à Contratante, referentes às seguintes coberturas: danos materiais a terceiros; danos corporais; morte (por pessoa); invalidez permanente (por pessoa);
- 23.2.14. A contratada deverá disponibilizar 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato.
- 23.2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo FISCAL DE CONTRATO, atendendo de imediato as reclamações;
- 23.2.16. Fornecer, na forma solicitada pelo FISCAL DE CONTRATO, Relatório de Atividades realizadas.
- 23.2.17. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.
- 23.2.18. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo os prazos estabelecidos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do FISCAL DE CONTRATO, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem fornecidos.

#### 24. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 24.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela Contratada, à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.
- 24.2. Trata-se de serviços que caracteriza-se pela entrega de produtos específicos, cujas especificações técnicas e quantitativas são bem definidas. A subcontratação, que é geralmente aplicada a serviços complexos ou que exigem especialização técnica, não se justifica para aquisições que podem ser adquiridos diretamente dos fornecedores, sem a necessidade de intermediários.
- 24.3. Diante do exposto, fica vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CONTRATADA.

#### 25. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, EXECUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 25.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE mediante servidor especialmente designado para esse fim, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato deverá ser realizado de forma preventiva, rotineira e sistemática, nos moldes da Lei 14.133/2021 e Art. 2º, VII do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

(...)

VI - gestão de contrato: a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VII - fiscalização técnica: o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

VIII - fiscalização administrativa: o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere à revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e IX - fiscalização setorial: o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

(...)

- 25.3. A verificação da entrega do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 25.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.5. A empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor.
- 25.6. O DETRAN/RO nomeará comissão para acompanhamento e fiscalização do contrato resultante da presente contratação, os quais deverão registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas e terão poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, objetivando sua imediata correção.
- 25.7. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, proporcionando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização e/ou coordenação do evento.

#### 26. **PAGAMENTO**

- 26.1. O pagamento, decorrente da realização dos serviços constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e alterações.
- 26.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 21/01/2024 e apresentadas na Divisão de Almoxarifado e/ou Gerência de Patrimônio do DETRAN/RO.
- 26.3. As Notas Fiscais/Faturas eletrônica, deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas a CONTRATANTE para certificação, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato, valor, período da prestação de serviços ou do fornecimento e o número da conta bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.
- 26.4. Das Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes.
- 26.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 26.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.
- 26.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 26.8. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, no termos do art. 188 do decreto supra mencionado. **Serão aceitos certidões positivas com efeito negativo.**
- 26.9. A administração efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes, quando legalmente exigidos.
- 26.10. Na hipótese de débito com a Fazenda Estadual, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa, conforme o art. 188, § 3º do Decreto Estadual n. 28.874/2024.
- 26.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 21/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

FÓRMULA
<p><b>EM</b> = I x N x VP, sendo:</p> <p><b>EM</b> = Encargos moratórios;</p> <p><b>I</b> = Índice de atualização financeira assim apurado:</p> <p><b>I</b> = (TX/100)/365</p> <p><b>TX</b> = Percentual da taxa de juros de mora anual;</p> <p><b>N</b> = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;</p> <p><b>VP</b> = Valor da parcela em atraso.</p>

- 26.12. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 26.13. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
- 26.14. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.
- 26.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
27. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

27.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

27.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

27.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

27.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

27.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

27.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

27.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:**

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

27.12. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1% por dia Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	1% por dia Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1% por dia Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	1% por dia Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	1% por dia Até o limite de 30%

- 27.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 27.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do Contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- 27.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 27.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 27.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais.
- 27.19. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 27.20. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 27.21. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 27.22. Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 27.23. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a desobrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
28. **DOS CASOS OMISSOS**

Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

29. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 29.1. A empresa vencedora se compromete a cumprir a execução do Contrato de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.
- 29.2. O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do material fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos serviços, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 29.3. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- 29.4. São de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do DETRAN/RO, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação à pessoa que a mesma utilizar para prestação de serviços, durante a garantia dos produtos ora vendidos.
- 29.5. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.
- 29.6. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21.
- 29.7. A resolução de situações omissas que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do contrato poderão ser solicitadas a contratada, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio contratual.
30. **JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO.**
- 30.1. A decisão de restringir a participação de cidadãos comuns (pessoas físicas) em licitações é respaldada por uma série de razões fundamentais, orientadas para assegurar a eficiência, transparência e execução eficaz dos contratos estatais.
- 30.2. Os projetos de contratação pública para este tipo de solução são altamente complexos e de grande envergadura, demandando conhecimentos técnicos especializados, substanciais recursos financeiros e capacidade operacional que cidadãos comuns geralmente não possuem, o que comprometeria a qualidade dos serviços.
- 30.3. A restrição a empresas permite estabelecer critérios mais criteriosos, assegurando que somente aquelas com experiência e recursos adequados concorram e executem os contratos satisfatoriamente.
- 30.4. As empresas estão sujeitas a obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de controle de qualidade bem definidas, facilitando a fiscalização e garantindo o cumprimento contratual, o que é mais difícil com pessoas físicas.
- 30.5. A exclusão de pessoas físicas, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 28.874/24, visa garantir a eficácia, transparência e regularidade das contratações públicas, promovendo os interesses do Estado.
31. **ANEXOS**
- 31.1. ANEXO I - Especificações Técnicas
- 31.2. Estudo Técnico Preliminar (ID 70672670)
- 31.3. Mapa de Risco (ID 0064892971)

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO TÉCNICA DO ETP	AUTORIDADE DE T. I. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO	CONSOLIDAÇÃO
<b>Carlos Augusto Malty Jr.</b> Responsável Técnico CTI/DETRAN/RO	<b>Cleom Rayckard Marques de Almeida</b> Coordenador de T. I. CTI/DETRAN-RO	<b>Taiz Fânia Cid Melo</b> Assessora do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN-RO

REQUISITANTE	REQUISITANTE	REQUISITANTE
<b>Ighor Teixeira de Castro</b> Gerência de Convênios de Tráfego GERTRAF/DETRAN-RO	<b>Amanda Maciel Nogueira</b> Coordenadora de Engenharia de Tráfego COTRAF/DETRAN-RO	<b>Eva Cristina Pereira Pedreira</b> Diretora Técnica de Engenharia de Tráfego DITET/DETRAN-RO

REQUISITANTE	REQUISITANTE	REQUISITANTE
Ana Clara de Medeiros Guilherme da Silva Gerência Adm de Projetos, Exec e Fisc de Obras GERPROF/DETRAN-RO	André Luiz Gurgel do Amaral Coordenador de Engenharia Civil CENGEC/DETRAN-RO	Geovane Costa Ramos Diretor de Engenharia e Patrimônio DIREP/DETRAN-RO

APROVO

Sandro Ricardo Rocha dos Santos  
Diretor-Geral  
DETRAN-DIRGERAL  
DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
01	<p><b>1. Das Especificações Técnicas Mínimas</b></p> <p><b>a) Architecture Engineering &amp; Construction Collection</b></p> <p>A AEC Collection fornece aos projetistas, engenheiros e empreiteiros um conjunto de ferramentas de BIM e CAD que dão suporte a projetos, desde o início até a construção.</p> <p>Os softwares que compõe a coleção são:</p> <p>I - <b>REVIT</b></p> <p>Utilizado para aumentar a eficiência e a precisão ao longo do ciclo de vida do projeto, desde o projeto conceitual, a visualização e a análise até a fabricação e a construção. Planeje, projete, construa e gerencie construções com o software de BIM multidisciplinar.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Comece a modelagem em 3D com precisão;</li><li>· Atualize automaticamente plantas de piso, elevações e cortes à medida que o modelo se desenvolve;</li><li>· Deixe que o Revit lide com tarefas repetitivas e de rotina com automação para que você possa se concentrar em um trabalho de maior valor;</li><li>· Os colaboradores de todas as áreas trabalham em conjunto no Revit, que os ajuda a executar projetos com mais eficiência e com menos erros;</li><li>· As equipes de projeto e construção podem colaborar em projetos do Revit em qualquer lugar, a qualquer momento, usando o BIM 360 Design, uma solução avançada e segura de gerenciamento de dados e colaboração de projeto baseada na nuvem.</li></ul> <p>II - <b>CIVIL 3D</b></p> <p>O software Civil 3D para projetos de engenharia civil dá suporte à BIM com recursos integrados, para aprimorar a documentação de desenhos, projetos e construção:</p> <p>As equipes de projeto usam o BIM 360 Design para simplificar a coordenação dos resultados, visualizar as alterações e gerenciar os problemas e as marcas de revisão, tudo em um ambiente de dados comum durante toda a vida do projeto.</p>



Há a possibilidade de incluir Kits do país, dando acesso a relatórios, modelos e muitos outros itens específicos do país. O conteúdo e os padrões inclusos nos Kits do país variam conforme o país e podem incluir:

Padrões de desenho e projeto (estilos de objeto e legenda do Civil 3D);

Arquivos de padrões de projeto para cálculo de superelevação;

Modelos de desenho (arquivos .DWT AutoCAD);

Modelos de folhas para a Produção de planos (arquivos .DWT AutoCAD);

Arquivos de códigos para localizar os códigos de ponto, ligação e forma para modelos de corredor;

Relatórios;

Catálogos de tubos e estruturas;

Conjuntos e subconjuntos;

Paletas de ferramentas personalizadas do país

### III - **AUTOCAD**

O AutoCAD é um software CAD (projeto auxiliado por computador) que arquitetos, engenheiros e profissionais de construção utilizam para criar desenhos 2D e 3D precisos.

Crie, anote e projete geometria em 2D e modelos em 3D com objetos sólidos, superfícies e objetos de malha;

Automatize tarefas como comparar desenhos, contagem, adicionar blocos, criar agendamentos e muito mais;

Personalize com APIs e aplicativos complementares.

### IV - **INFRAWORKS**

Permite que os profissionais de AEC modelem, analisem e visualizem seus conceitos de projeto dentro de um contexto do mundo real do ambiente construído e natural - melhorando a tomada de decisões e os resultados do projeto.

Agregue grandes quantidades de dados para gerar um modelo de contexto rico;

Integre perfeitamente o design com os dados geoespaciais GIS;

Modele as condições existentes que representam o ambiente natural e construído.

### V - **NAVISWORKS MANAGE**

Use o software de análise de projeto Navisworks® para melhorar a coordenação BIM (Modelagem de Informações de Construção). Software de detecção de conflitos e coordenação avançada, análise 5D e simulação:

Combine dados de projeto e construção em um único modelo;

Identifique e resolva conflitos e problemas de interferência antes da construção;

Agregue dados de várias especialidades para controlar melhor os resultados;

Anime e interaja com objetos de modelo para simulação;

Crie cronogramas diretamente de modelos do projeto;

Importe cronogramas e itens de custo de aplicativos externos de gerenciamento de projeto.

### VI - **AUTODESK DOCS**

Simplifique a colaboração e o gerenciamento de dados com o Autodesk Docs, efetuando a gestão de informações de projetos num ambiente de dados comuns baseado na nuvem da seguinte forma:

- Suporte a uma grande variedade de tipos de arquivo.

- Permitir atribuir atributos padrão ou personalizados aos arquivos.

- Organizar e gerenciar versões específicas dos documentos dentro de conjuntos ou pacotes, para uma finalidade específica, durante todo o ciclo de vida do projeto.

- Recurso que captura informações do título OCR de desenhos em PDFs durante a publicação para atribuir automaticamente atributos aos arquivos.
- Conectar o ambiente da nuvem com o ambiente do desktop por sincronismo de arquivos.
- Publicar arquivos linkados e/ou referenciados.
- Publicar folhas 2D a partir de arquivos RVT.
- Acompanhar todas as atualizações dos arquivos do projeto.
- Visualizar as versões anteriores dos arquivos.
- Visualizar arquivos de projeto 2D e 3D.
- Visualizador de projetos disponível na Web e sistemas operacionais de dispositivos móveis.
- Visualizador com suporte para arquivos de projetos, arquivos no formato PDF e fotos.
- Comparar as diferenças entre as versões de modelos no formato RVT compartilhadas entre os membros da equipe do projeto.
- Comparar as diferenças entre as versões de arquivos de desenhos 2D (RVT/DWG/PDF) ou entre dois arquivos de desenho 2D diferentes (RVT/DWG/PDF).
- Adicionar anotações a arquivos 2D ou 3D e mantê-los em sigilo ou compartilhar com outros membros da equipe.
- Adicionar medidas lineares, angulares ou de área para fornecer detalhes adicionais aos desenhos.
- Adicionar hiperlinks para outros projetos ou para arquivos com informações adicionais, como fotos ou especificações.
- Criar problemas de projeto e atribuí-los a membros da equipe para resolve-los ou esclarecer informações.
- Colocar marcadores para fixar problemas nos projetos 2D ou 3D.
- Manter uma trilha de auditoria completa dos problemas.
- Rastrear toda a atividade do projeto em um único log de atividades.
- Visualizar, filtrar e exportar toda lista do projeto.
- Painel principal personalizável para acessar informações importantes e relevantes rapidamente.
- Acessar e modificar informações 2D, 3D e outros tipos de projeto pelo smartphone ou tablet.
- Sincronizar arquivos para uso off-line pelo smartphone ou tablet.
- Gerenciar projetos ilimitados em conta única.
- Aplicar templates de projeto para estruturas de pastas e permissões.
- Gerencie centralmente todos os usuários, funções e empresas.
- Definir cinco níveis de permissão em nível de usuário, função ou empresa: Somente upload; Somente visualização; Visualização + Upload; Visualização + Upload + Edição; Visualização + Upload + Editar + Controle.
- Definir espaços de trabalho de equipe, ou seja, uma pasta separada para os dados de cada equipe e uma pasta compartilhada para dados que todas as equipes possam fazer referência e usar.

#### VII - **ADVANCED STEEL**

Advance Steel é um software de modelagem 3D para detalhamento, projeto, fabricação e construção de aço, onde os engenheiros estruturais podem usar um link bidirecional entre o software de detalhamento Advance Steel e o Revit para colaborar no mesmo modelo 3D, economizando tempo e minimizando erros possibilitando:

Gerar estruturas complexas em menos etapas com a extensão Dynamo for Advance Steel, usando a biblioteca de conexões paramétricas de aço e ferramentas dedicadas para acelerar o projeto e outras tarefas;

Gerar e atualizar automaticamente os resultados da fabricação de aço, criando produtos de fábrica baseados em modelos e arquivos NC para agilizar a fabricação e instalação.

#### VIII - **o INSIGHT**

O Insight capacita arquitetos e engenheiros a projetar edifícios com maior eficiência energética com mecanismos de simulação avançados e dados de análise de desempenho de edifícios integrados no Revit.

**IX - o FORMIT PRO**

Possibilidade de criar complexidade em seu processo de modelagem arquitetônica a qualquer hora, em qualquer lugar, sendo um aplicativo de desenho 3D intuitivo com interoperabilidade nativa com o Revit.

Tome decisões informadas no início do processo de design com o contexto do local, impacto solar e análise de energia;

Otimize seu processo de design. Conecte projetos conceituais a fluxos de trabalho BIM com integração nativa do Revit e acesso à nuvem.

**X - o RECAP PRO**

Software de digitalização ReCap™ Pro 3D para criar modelos 3D a partir de fotografias importadas e digitalizações a laser. Entregue uma nuvem de pontos ou malha em suporte aos processos BIM. Colabore entre equipes com design baseado na realidade.

O ReCap Photo, um serviço incluído no ReCap Pro, processa fotografia drone para criar representações 3D das condições atuais do local, objetos e muito mais. Ele também suporta a criação de nuvens de pontos, malhas e fotos orto.

Possibilidade de usar as soluções criadas com o ReCap Pro Software Development Kit (SDK) para inserir rapidamente os dados da realidade nas ferramentas de projeto e construção da Autodesk.

**XI - o ROBOT STRUCTURAL ANALYSIS PROFESSIONAL**

Robot Structural Analysis Professional é um software de análise de carga estrutural que verifica a conformidade do código e usa fluxos de trabalho integrados ao BIM para trocar dados com o Revit. Ele pode ajudá-lo a criar projetos mais resilientes e construtíveis que sejam precisos, coordenados e conectados ao BIM.

**XII - o 3DS MAX**

O 3ds Max oferece um conjunto de ferramentas flexível e repleto de recursos para criar projetos especiais com controle artístico completo, sendo um Software de modelagem 3D, animação e renderização para visualização de projetos sendo possível:

Criar mundos imponentes em jogos;

Visualizar renderizações arquitetônicas de alta qualidade;

Modelar interiores e objetos com detalhes precisos;

Dar vida a personagens e recursos com animação e efeitos visuais.

Além disso, O 3ds Max permite dimensionar seu fluxo de trabalho com automação, permitindo que você passe mais tempo em atividades criativas.

**XIII - o AUTODESK RENDERING**

Possível aproveitar o amplo poder de computação graças aos recursos de renderização na nuvem do Autodesk Rendering. Com eles, é possível criar imagens fotorrealistas e de alta resolução em menos tempo.

**XIV - o VEHICLE TRACHING**

Conduza a análise do caminho varrido para facilitar o layout do estacionamento, o design da rotatória e outros desafios de design impactados pelo movimento do veículo, sendo um software de análise de trajetória de varredura de veículos.

**XV - o FABRICATION CADMEP**

Produza estimativas mais precisas para projetos de sistema de construção MEP em todo o detalhamento, fabricação e instalação, utilizando o software Fabrication ESTmep™ para obter informações sobre os custos do projeto e gerar propostas competitivas.

Crie modelos prontos para a fabricação de sistemas de tubulação, encanamento ou dutos no AutoCAD usando CADmep. Suas bibliotecas de conteúdo usadas no CADmep, ESTmep e CAMduct também podem ser usadas no Revit para oferecer suporte a um fluxo de trabalho multidisciplinar. Disponível autônomo ou na coleção Arquitetura, Engenharia e Construção.

Produza componentes de chapa metálica e controle a linha de produção de manufatura. O software Fabrication CAMduct™ fornece um conjunto abrangente de bibliotecas, incluindo acessórios paramétricos 3D e acessórios para atender aos requisitos de fabricação.

**XVI - o STRUCTURAL BRIDGE DESIGN**

Structural Bridge Design é um software de análise de pontes de pequeno a médio porte usado por engenheiros para entregar relatórios de projeto mais rapidamente.

· Integre a automação no processo BIM (Building Information Modeling);

- Estenda seus projetos em fluxos de trabalho interoperáveis para documentação, coordenação e análise;
- Escreva código usando uma interface de script simples e poderosa.

XVII - o **AUTODESK DRIVE**

Armazenamento na nuvem próprio para CAD, destinado a indivíduos e pequenas equipes. dos, o que pode ajudar a aumentar a eficiência e a produtividade da sua equipe.



Documento assinado eletronicamente por **Taiz Fania Cid dMelo, Assessor(a)**, em 15/04/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEOM RAYCKARD MARQUES DE ALMEIDA, Coordenador(a)**, em 15/04/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Antunes Maltz Junior, Membro**, em 15/04/2026, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 15/04/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Gurgel do Amaral, Coordenador(a)**, em 15/04/2026, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eva Cristina Pereira Pedreira, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLARA DE MEDEIROS GUILHERME DA SILVA, Chefe de Unidade**, em 15/04/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Costa Ramos, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71230910** e o código CRC **4579056B**.

**Referência:** Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0010.030485/2025-11

SEI nº 71230910

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS DE MERCADO  
PROCESSO N.º 0010.030485/2025-11

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP *	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%) ²	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	SUBTOTAL GERAL
1	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos	Licença	29	Não Aplicável	Não Aplicável	29	R\$ 61.900,00	R\$ 54.340,84	R\$ 49.092,28	R\$ 46.908,94	R\$ 46.908,94	R\$ 53.060,52	-	-	R\$ 1.538.755,08	R\$ 1.538.755,08
VALOR TOTAL															R\$ 1.538.755,08	

VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,00
VALOR TOTAL COTA EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,00
VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA/	R\$ 1.538.755,08
TOTAL GERAL - (AMPLA CONC. + EXCLUS. ME-EPP + COTA EXCLUS. ME-EPP)	R\$ 1.538.755,08

Nota Explicativa:  
1) ¹ Em atendimento ao Art. 48º, LC 123/2006  
2) ² Em atendimetno ao Art 48II - LC 123/2006 e Decreto Estadual 21.675/2017

Fontes de Pesquisa	
1	DesGraptics Consulting- CNPJ 10.537.193/0001-78
2	09.284.001/0001-80 - MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA - PGJ / 000000001 - MP PB
3	46.429.379/0001-50 - MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BOA VISTA / 1 - Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
4	11.435.633/0001-49 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PORTO VELHO 01/04/2026

Ao Presidente da CPLMS:  
Após realizada pesquisa de preços, apresento o quadro demonstrativo tendo como base a média praticada no mercado.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
 Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**ADENDO**

**ANEXO IV**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

Ao

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO

Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO

FONE/FAX: (69) 3217-2974

PROCESSO N.º 0010.030485/2025-11 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – DATA DA ABERTURA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Senhor Pregoeiro, após cuidadoso exame do aviso de dispensa eletrônica em referência e anexos, com os quais concordamos, vimos apresentar proposta, em conformidade com as condições estabelecidas.

Objeto: Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos, para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Lote	Especificação	Unidade de medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Yerars Subscription Win 3 (três) anos	Unidade (Licença)	29		

**1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA FIXO E IRREAJUSTÁVEL, PARA O ITEM** \_\_\_\_ R\$ ..... (.....).

**2. DO LOCAL/PRAZO/CONDIÇÕES:**

2.1 A entrega deverá ocorrer no local e na forma disposta no item 10 do anexo I - termo de referência no prazo de até 30 (trinta) dias.

**3. FRETE:** CIF

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA

.....

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 06/04/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70864656** e o código CRC **3C2521C8**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.030485/2025-11

SEI nº 70864656





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**ADENDO**

**ANEXO V DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026**

**(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)**

**Referente:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026/DETRAN/RO

A empresa ..... apresenta, a seguir, os dados de:  
(Nome completo da empresa)  
seu (s) representante (s) legal (is) :

**NOME(S):**  
**CARGO(S):**  
**NACIONALIDADE(S): ESTADO CIVIL:**  
**PROFISSÃO: RG: CPF:**  
**RESIDÊNCIA (Domicílio):**

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa:

**RAZÃO SOCIAL:**

**C.N.P.J. N.º FONE: FAX:**  
**ENDEREÇO COMERCIAL:**  
**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**  
**Rua/Av.: N.º:**  
**Município: Estado: CEP:**  
**Conta Corrente: Cód. Agência: Banco:**

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

**Porto Velho-RO, .....de ..... de 2026.**

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

**OBS. 1:** Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.  
**OBS. 2:** Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 29/01/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68670963** e o código CRC **E312E41B**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.030485/2025-11

SEI nº 68670963



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

## MAPA DE RISCO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO

**UNIDADES SOLICITANTES:** Coordenadoria de Tecnologia da Informação - DETRAN-CTI

### 2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo de Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO.

Considerando o Decreto 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as Contratações Públicas no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia, fundamentado nos arts. 30, Inciso V, 36 e 37 que prevê:

Art. 30.A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, observando as seguintes etapas:

[...]

**V - elaboração do mapa de riscos e matriz de riscos, conforme o caso;**

[...]

Art. 36.O mapa de riscos é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

Ademais, considerando § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos, foram analisadas conforme a Portaria nº 217, de 08 de dezembro de 2021 (0022698556), que estabelece a **Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual**, sendo elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos.

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO

- 3.1. Risco de especificação inadequada e insuficiente do objeto;
- 3.2. Risco de seleção de proposta inadequada;
- 3.3. Risco de não haver disponibilidade orçamentária;
- 3.4. Risco de aumento dos custos de serviço;
- 3.5. Risco de qualidade inferior dos produtos e serviços;
- 3.6. Atraso na entrega.

### 4. ESCALA DE PROBABILIDADE

<b>Frequência</b>	<b>Significado</b>
<b>Raríssima</b>	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
<b>Rara</b>	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
<b>Eventual</b>	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
<b>Frequente</b>	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

5. **ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS**

<b>Impacto</b>	<b>Significado</b>
<b>Irrelevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
<b>Pouco relevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
<b>Relevante</b>	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
<b>Muito relevante</b>	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

6. **ESCALA DO NÍVEL DE RISCO****Tabela de Avaliação de Risco (Matriz de Probabilidade e Impacto)**

<b>MATRIZ DE RISCOS</b>						
<b>P R O B A B I L I D A D E</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>25</b>
	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>20</b>
	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>15</b>
	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>10</b>
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
	<b>IMPACTO</b>					

Legenda de Cores:

 Insignificante  Baixo  Médio  Alto

7. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

ITEM	RISCOS	EVENTO DO RISCO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO	PROBABILIDADE	NÍVEL	AÇÃO	MEDIDAS PREVENTIVAS (PARA EVITAR QUE OCORRA)	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA (SE OCORRER, O QUE DEVE SER FEITO)
R 01	Risco de Planejamento	Ausência de planejamento da Administração para contratação da demanda	Demanda não incluída no PCA (continuada ou inédita)	Desperdício de recursos públicos	1	5	 Baixo	Revisão constante do PCA	Divulgação a respeito da necessidade de inclusão das demandas no PCA	Unidade requisitante solicita inclusão da demanda no PCA (se ainda houver tempo para os procedimentos de contratação)
R 02	Risco de Planejamento	Ausência de padronização de especificações para objetos rotineiros	Multiplicidade de esforços para realizar contratações semelhantes	Esforço desnecessário para elaborar especificações da contratação *Repetição de erros	3	3	 Médio	Revisão das especificações técnicas	Equipe de planejamento da contratação promove padronização das especificações para aquisições que são comuns e utiliza o catálogo eletrônico de padronização	Diálogo com as unidades técnicas para ajuste das especificações
R 03	Risco de Planejamento	Contratação direta (dispensa que não seja em razão do baixo valor ou inexigibilidade) sem adequado planejamento da contratação	Contratos inadequados, principalmente com relação à execução do objeto e à gestão do contrato	Ilegalidade na contratação direta pelo indevido afastamento do procedimento licitatório	1	5	 Baixo	Submeter o processo de contratação obrigatoriamente à Assessoria Jurídica ou setor equivalente para que sejam promovidas às análises de regularidade e conformidade, necessárias e pertinentes sobre a dispensa/inexigibilidade	Elaborar os estudos técnicos preliminares, plano de trabalho e termo de referência ou projeto básico para todas as contratações	Diálogo com as unidades técnicas para ajuste das especificações
R 04	Risco de Planejamento	Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade pública	Recebimento de objeto que não satisfaz a necessidade	3	5	 Alto	Equipe de planejamento deve adequar a profundidade das atividades de planejamento de acordo com o risco e o vulto da contratação	Unidade competente cria listagem de contratações que envolvem grande risco para a Administração (terceirização, infraestrutura de TI, etc.) e determina elaboração de mapa de risco	Administração designa gerente de riscos para integrar a equipe de planejamento de contratações inéditas, complexas ou de grande vulto
R 05	Risco de Planejamento	Não parcelar solução cujo parcelamento é viável	Diminuição da competitividade	Aumento indevido do custo da contratação	1	5	 Baixo	Realizar o parcelamento do objeto quando cabível	Equipe de planejamento da contratação apresenta	Administração solicita as devidas justificativas e indica alterações no edital,

									justificativa expressa quanto à necessidade de agrupamento de itens	se necessário
R 06	Risco de Planejamento	Definição de requisitos de contratação indevidos	Limitação indevida da competição	Direcionamento indevido para determinados fornecedores	1	3	Baixo	Revisão constante dos requisitos	Revisão dos artefatos de planejamento para verificar suficiência e adequação dos requisitos.	Elaboração de ETP pela equipe de planejamento da contratação, com análise do mercado e verificação das empresas que cumprem os requisitos de contratação
R 07	Risco de Planejamento	Quantitativo subestimado	Falta de produtos ou serviços para atender a necessidade da contratação	Violação ao princípio da economicidade devido ao aumento no número de licitações para o mesmo objeto	3	3	Médio	Equipe de planejamento apresenta justificativa para o quantitativo e encarta, se for o caso, planilhas e documentos comprobatórios dos levantamentos realizados que demonstrem o dimensionamento	Fiscal do contrato armazena dados da execução contratual de modo que a equipe de planejamento da contratação que elaborar os artefatos da próxima licitação da mesma solução ou de solução similar conte com informações de contratos anteriores	Realização de contratação emergencial se não houve tempo hábil para nova licitação
R 08	Risco de Planejamento	Não observância do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006	Afastamento indevido do tratamento diferenciado para ME/EPP	Ilegalidade	1	3	Baixo	Observar a Lei Complementar n. 123/2006	Equipe de planejamento da contratação indica expressamente os motivos para não aplicar os privilégios para ME/ EPP	Retificação dos artefatos de planejamento
R 09	Risco de Planejamento	Ausência de padronização do Edital	Multiplicidade de esforços para realizar licitações de objetos correlatos e complementares	Divergências textuais entre o edital, a minuta de contrato ou da ata de registro de preços	1	3	Baixo	Elaboração de documentos padronizados	Equipe de planejamento da contratação utiliza documentos padrão e indica eventuais alterações realizadas a fim de facilitar a conferência pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência	Conferência dos modelos padronizados pela alta administração
R 10	Risco de Planejamento	Ausência de previsão de requisitos de habilitação técnica compatíveis	Participação de um maior número de licitantes sem	Aplicação de penalidades ou rescisão contratual	2	4	Médio	Elaboração de documentos padronizados	Adotar requisitos de habilitação que comprovem ser o	Administração realizar diligências para averiguar se o

		com o objeto da licitação	capacidade de execução comprovada	por não conformidade das entregas					licitante credenciado junto ao fornecedor da solução TIC e exigir atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.	licitante vencedor tem a capacidade técnico-operacional necessária à boa execução contratual
--	--	------------------------------	--------------------------------------	---	--	--	--	--	---	--

8. CONCLUSÃO

8.1. Ressalta-se a importância de identificar e avaliar os riscos associados à Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, mesmo que pareça simples, envolve diversos riscos que precisam ser gerenciados de forma adequada para garantir o sucesso do evento junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

AUTORIDADE DE T. I. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO TÉCNICA DO MAPA	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO TÉCNICA DO MAPA	CONSOLIDAÇÃO
<b>Cleom Rayckard Marques de Almeida</b> Coordenador de T. I. CTI/DETRAN-RO	<b>Carlos Augusto Malty Jr.</b> Assessor de Pesquisa e Negócios em Novas Tecnologias CTI/DETRAN/RO	<b>Taiz Fânia Cid Melo</b> Assessora do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN-RO

APROVO
<b>Sandro Ricardo Rocha dos Santos</b> Diretor-Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024







Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Antunes Malty Junior, Chefe de Unidade**, em 14/10/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taiz Fania Cid dMelo, Assessor(a)**, em 14/10/2025, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEOM RAYCKARD MARQUES DE ALMEIDA, Coordenador(a)**, em 15/10/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 21/10/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064892971** e o código CRC **54C5DAFF**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO** que celebram entre si o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO**, e de outro, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para fins que especificam.

O **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, n.º 4.477, bairro Costa e Silva, nesta capital do Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. XXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG n.º XXXXXX, da SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., com sede em....., na....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., brasileiro, residente e domiciliado em ....., inscrito no CPF sob o n.º ....., portador da Carteira de Identidade n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, visando atender as necessidades do DETRAN/RO, proveniente do **Pregão Eletrônico n.º 90001/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.030485/2025-11**, proveniente nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS**

- 1.1.** O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes.
- 1.2.** Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato – e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados – o Instrumento Convocatório e seus anexos, bem como as Propostas e demais elementos apresentados pela CONTRATADA que tenha servido de base para o julgamento do **Pregão Eletrônico n.º 90001/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.030485/2025-11**.
- 1.3.** Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este **CONTRATO** e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá o **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

**CLÁUSULA 2ª - OBJETO:** Aquisição de Software Projetos Autodesk - Architecture Engineering Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Years Subscription Win (3 anos), para atendimento as necessidades técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência (70035779).

**CLÁUSULA 3ª - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:** Os bens serão entregues conforme cronograma, prazos e condições estabelecidas no item 10 e subitens do Termo de Referência.

**CLÁUSULA 4ª - REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO:** Ficam aquelas definidas no item 10 e subitens do termo de referência.

**CLÁUSULA 5ª - DA GARANTIA CONTRATUAL:** Não será exigido, conforme item 21.2 do Anexo I – Termo de Referência.

**CLÁUSULA 6ª - DA GARANTIA DO OBJETO:** Ficam aquelas definidas no item 11 e subitens do termo de referência.

**CLÁUSULA 7ª - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

**CLÁUSULA 8ª - DO GERENCIAMENTO E MAPA DE RISCO:** Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXVII, da Lei 14.133/2021 ficam listados os possíveis eventos supervenientes a assinatura de contrato no mapa de riscos constante no ID (0064892971).

**CLÁUSULA 9ª - DA VIGÊNCIA:** A vigência contratual será de 03 (três) anos a contar da assinatura, conforme subitem 21.1.4 do Termo de referência.

**CLÁUSULA 10ª - DO VALOR E PAGAMENTO:** O valor desta contratação é de XXXXXXXXXXXXX, já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

**Parágrafo único.** As formas e condições de pagamento estão descritas no item 26 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: 15020 - **2174 – Modernização do DETRAN/RO - Ação: 2064 - PROMOVER A GESTÃO DE TI - ELEMENTO DE DESPESA: 4490.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOA JURÍDICA)**, conforme Declaração de Adequação Financeira (70866976).

**CLÁUSULA 12ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 23.2 do Termo de Referência e seus anexos.

**12.1** Cumprimento da exigência de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determina o artigo 92, XVIII da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 13ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 23.1 do Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA 14ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:** Os valores das multas aplicáveis estão indicadas no item 27 do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

**CLÁUSULA 15ª - DO REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** Conforme disposto no item 21.3 do Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO:** O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115, da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

§ 2º A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA 17ª - DA SUBCONTRATAÇÃO:** Fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA, conforme item 24 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA 18ª - DOS CASOS OMISSOS:** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

**CLÁUSULA 19ª - DO FORO:** Fica eleito o Foro da comarca de Porto Velho-RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**CLÁUSULA 20ª - DA PUBLICAÇÃO:** Incumbirá à Contratante, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA 21ª - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PGE-DETRAN:** Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**Parágrafo único.** Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 06/04/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70865305** e o código CRC **8897AB6F**.

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0010.030485/2025-11

SEI nº 70865305